

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 181/2021
Data: 22/11/2021**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES CRESCE NO PORTO DE SANTOS.....	4
DOCENTE DEFENDE A INTEGRAÇÃO VERTICAL DOS TERMINAIS DE CONTÊINERES NOS PORTOS BRASILEIROS.....	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	6
ESTUDO MOSTRA PRINCIPAIS AMEAÇAS CLIMÁTICAS EM 21 PORTOS PÚBLICOS BRASILEIROS.....	6
PORTAL PORTO GENTE	8
TESTE DE EMBARQUE POR RECONHECIMENTO FACIAL COM TRIPULANTES EM CONGONHAS.....	8
INSCRIÇÕES ABERTAS PARA EVENTO DE TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS DA AMÉRICA LATINA.....	10
COP-26 ORIENTA A SUSTENTABILIDADE DO PLANETA.....	11
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	11
CANCELADO DEBATE SOBRE CONSTRUÇÃO DE LIGAÇÃO SECA ENTRE AS MARGENS DO PORTO DE SANTOS.....	11
MAERSK EMITE PRIMEIRO TÍTULO VERDE PARA FINANCIAR NAVIOS DE METANOL.....	12
PORTO DE LOS ANGELES CONTINUA RITMO DE ANO RECORDE COM 900.000 TEU EM OUTUBRO.....	13
LUCRO DA CMA CGM DISPARA COM O AUMENTO DO FRETE.....	14
TECNOLOGIA INOVADORA NA ARMAZENAGEM DE CONTÊINERES EM PORTO ÁRABE.....	14
MISSÃO APROXIMOU EMPRESARIADO BRASILEIRO DOS ÁRABES.....	15
COMISSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DEBATE SITUAÇÃO DE PORTO MARÍTIMO EM MUNICÍPIO FLUMINENSE.....	16
ISTOÉ - DINHEIRO	17
JAPÃO E ÍNDIA BUSCAM LIBERAÇÃO DE RESERVAS DE PETRÓLEO APÓS PEDIDO DOS EUA, DIZEM FONTES.....	17
PEC DOS PRECATÓRIOS ABRE ESPAÇO DE R\$106,1 BI EM 2022, MAS SÓ R\$1,1 BI ESTÃO LIVRES, DIZ COLNAGO.....	18
ISRAEL E JORDÂNIA FECHAM ACORDO PARA TROCAR ENERGIA SOLAR POR ÁGUA DESSALINIZADA.....	19
EXPORTAÇÃO DE SOJA DO BRASIL REDUZ RITMO NA 3ª SEMANA DO MÊS; MINÉRIO ACELERA.....	20
MONEYTIMES	20
GOVERNO MELHORA PROJEÇÃO DE DÉFICIT PRIMÁRIO EM 2021 A R\$ 95,8 BI COM ARRECADAÇÃO MAIOR.....	20
BRASIL FAZ 1º EMBARQUE DE CAFÉ CARBONO NEUTRO, PRODUTOR RECEBE PRÊMIO EM DOBRO.....	21
PACHECO TRABALHA COM VOTAÇÃO DE PRECATÓRIOS EM PLENÁRIO ATÉ PRÓXIMA SEMANA.....	23
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	24
META DO CHILE É PRODUIR HIDROGÊNIO VERDE MAIS BARATO DO MUNDO, AFIRMA MINISTRO JUAN CARLOS JOBET.....	24
BOLSONARO SANCIONA LEI DO VALE-GÁS PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA.....	26
ENEVA ANUNCIA ESTUDOS PARA TERMINAL DE GNL NO MARANHÃO.....	29
JORNAL O GLOBO – RJ	31
LEVANTAMENTO MOSTRA A CIDADE DE BARUERI, EM SÃO PAULO, COMO A MAIS COMPETITIVA DO PAÍS.....	31
LIRA DEFENDE REFIS AMPLO E VOLTA A PEDIR TRIBUTAÇÃO DE DIVIDENDOS.....	33
GOVERNO PUBLICA DECRETO PARA PRIVATIZAR HIDROVIA NO SUL E ENVIA PROJETO AO CONGRESSO PARA CONCESSÃO DE AEROPORTOS NO NORTE.....	34
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	35
PACHECO DIZ A EMPRESÁRIOS QUE DESONERAÇÃO DA FOLHA TEM 'AMPLA MAIORIA' NO SENADO.....	35
MAIORIA DOS MINISTROS DO STF PERMITE QUE GOVERNO AMPLIE AUXÍLIO BRASIL EM ANO ELEITORAL.....	36
VALOR ECONÔMICO (SP)	38
CUTRALE SUSPENDE EXPORTAÇÃO DO BRASIL AOS EUA.....	38
COP26 ELEVA PRESSÃO PARA SETOR MARÍTIMO ZERAR EMISSÕES ATÉ 2050.....	39
ENEVA FECHA PARCERIA COM SERVTEC PARA INVESTIR EM TERMINAL DE GNL NO MARANHÃO.....	40
MINÉRIO DE FERRO SOBE 4,3% NO PORTO DE QINGDAO, PARA US\$ 95,63 A TONELADA.....	42
G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO	42
PETROBRAS IDENTIFICA A PRESENÇA DE HIDROCARBONETOS, QUE DÃO ORIGEM AO PETRÓLEO, EM POÇO NA BACIA DE SANTOS.....	42
FOLHA DE SÃO PAULO - SP	43
NORUEGA APRESENTA PRIMEIRO CARGUEIRO ELÉTRICO AUTÔNOMO DO MUNDO.....	43



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 181/2021
Página 3 de 48
Data: 22/11/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

PORTAL PORTOS E NAVIOS	45
PRIMEIRO PORTA-CONTÊINERES LIVRE DE EMISSÕES PARTE EM SUA PRIMEIRA VIAGEM.....	45
PORTO DE VALPARAÍSO INICIA ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE OPERAÇÃO LOGÍSTICA	46
ESTALEIRO FINCANTIERI CONCLUI PROJETO COM WÄRTSILÄ PARA JUMBORIZAÇÃO DE TRÊS NAVIOS DA WINDSTAR CRUISES	46
PETROBRAS ENCONTRA ÓLEO NO BLOCO ARAM, NA BACIA DE SANTOS.....	47
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	48
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	48



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES CRESCE NO PORTO DE SANTOS

Houve um aumento de 19,6% de janeiro a setembro deste ano

Por: Redação



Apesar do bom número, as perspectivas não são muito positivas para as importações de fim de ano Foto: Carlos Nogueira/AT

Mesmo em meio a uma crise logística mundial, onde há falta de contêineres em vários portos, a movimentação de caixas metálicas no Porto de Santos já supera a marca dos 3,6 milhões de TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés). O volume registrado de janeiro a setembro fica 19,6% acima do apurado nesse período do ano passado. Mas, apesar do

bom número, as perspectivas não são muito positivas para as importações de fim de ano.

“Creio ser difícil que os importados de Natal alcancem os volumes de anos anteriores. Dólar alto, impostos, mercado doméstico priorizando alimentos, energia e combustível obrigando milhões de consumidores a reduzir hábitos e costumes tradicionais. O coelhinho da Páscoa que o diga. Infelizmente por aqui, o Papai Noel emagreceu e jantou suas renas”, destacou o economista e professor universitário Helio Hallite.

Segundo ele, mesmo que o comércio marítimo que, com a exceção dos cruzeiros, não tenha sido afetado pela pandemia vários mercados encontram-se desabastecidos, especialmente as indústrias. “As montadoras de veículos, por exemplo, interromperam suas linhas de produção por falta de peças. Eventos como o encalhe do Ever Given (por seis dias no Canal de Suez, no Egito) e o lockdown de portos chineses ocasionaram a desorganização das escalas com reflexo nas rotas para a América do Sul”.

Como consequência, o economista explica que os portos brasileiros sentem a falta das caixas metálicas. “E muitos embarques têm sido cancelados, dos exportadores de café aos exportadores de pedras ornamentais, impactando praticamente todos os produtores que dependem desses contenedores”.

Além da falta de contêineres, fretes para portos asiáticos que eram negociados entre US\$ 1,5 mil e US\$2 mil, chegaram ao impensável patamar de US\$15 mil. “Parece ser a versão “trade” da covid-19, sendo que seus efeitos infelizmente avançarão em 2022. Uma combinação de prosperidade comercial com elevados custos e novas soluções logísticas jamais pensadas”.

Para o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, o resultado favorável de crescimento no volume de contêineres revela que os esforços do setor para driblar desbalanceamento que existe no mercado global na oferta de caixas metálicas, principalmente pelo represamento e utilização dos equipamentos nas rotas da Ásia e Europa.



“Mas, não devemos esquecer que nesse período do ano passado os resultados não foram animadores e aguardados pelos transportadores marítimos devido à quantidade de navios que ficaram em quarentena por longos períodos, escalas reduzidas, rotas invertidas ou canceladas com reflexos negativos nas atividades do transporte marítimo”.

Tendência

Segundo Hallite, “os próximos anos, pós pandemia, serão como no pós guerras mundiais: recuperação das economias via investimentos oriundos de reservas de governos, bancos centrais, bancos e grupos de investimento. Será preciso observar como China, Estados Unidos e Europa se comportarão”.

Enquanto isso, para Roque, o momento pede atenção. “Ainda continuamos atentos às necessidades do mercado e otimistas mesmo diante do quadro que deve perdurar até o ano de 2022 na obtenção dos resultados animadores. Os containers ao serem devolvidos aos terminais passam por uma rigorosa vistoria e manutenção para retorno ao mercado e isso acontece ao redor do mundo”.

Fertilizantes também registram alta

Os fertilizantes também se destacaram na movimentação de janeiro a setembro. De acordo com a Autoridade Portuária de Santos, essas operações atingiram um crescimento de 28,6% no acumulado do ano somando 5,8 milhões de toneladas. No mês de setembro o avanço foi de 77,1% (871.104 toneladas) ante setembro do ano passado.

Essa alta na movimentação é um sinal de claro de que os agricultores estão se preparando para as próximas safras. A de soja, o produto mais exportado pelo cais santista, deverá ter uma produção de 141,26 milhões de toneladas, segundo estimativas divulgadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O volume representa um crescimento de 3,9% em relação à safra anterior, quando foram produzidas 136 milhões de toneladas do grão.

“Quanto ao agronegócio, temo pela doença holandesa, fenômeno econômico onde um país prioriza os produtos primários e ocasiona a desindustrialização. Esse quadro é perigoso. Não gostaria de ver contêineres vazios sobrando”, destacou o economista e professor universitário Helio Hallite.

Por outro lado, o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, aponta a importância dos embarques para o Porto de Santos e para o País. “Os recordes no granel, devido as excelentes safras, contribuem muito na Balança Comercial, visto que, independentemente da pandemia, operam normalmente, excetuando-se nos casos de chuva ou quando há a constatação de algum tripulante que tenha contraído o vírus e o navio entra em quarentena”

Roque aponta que os bons resultados são fruto de um trabalho conjunto. “As commodities estão batendo recordes sucessivos no Porto de Santos por conta de os terminais terem investido muito e a Autoridade Portuária intensificar a fiscalização do cumprimento das pranchas de embarque e contribuindo com normas para a eficiência do porto”.

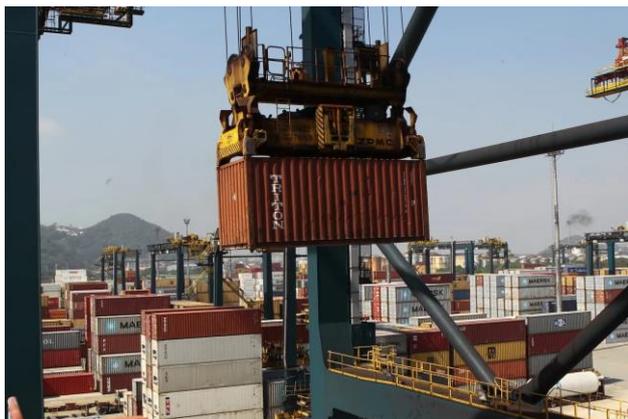
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 21/11/2021

DOCENTE DEFENDE A INTEGRAÇÃO VERTICAL DOS TERMINAIS DE CONTÊINERES NOS PORTOS BRASILEIROS

Peter De Langen fez uma exposição durante o Summit Portos 5.0

Por: Sandro Thadeu



Docente defende a integração vertical dos terminais de contêineres Foto: Arquivo/Carlos Nogueira/AT

O professor da Escola de Negócios de Copenhague e consultor na área de Portos e Logística, Peter De Langen, entende que, no Brasil, não há motivos para os agentes públicos criarem regras para limitar a chamada integração vertical dos terminais de contêineres, ou seja, quando estes complexos são controlados por armadoras.

De Málaga, na Espanha, o docente fez uma exposição sobre os arranjos produtivos para a cadeia de contêineres durante o Summit Portos 5.0, evento promovido pelo Grupo Tribuna, no último dia 21, em Brasília.

Segundo o especialista, o Brasil, assim como outros países, discutem os riscos de as companhias marítimas participarem de licitações para a concessão de terminais portuários. Na avaliação dele, a integração vertical já é uma realidade há 20 anos e permite um planejamento melhor da logística de contêineres.

“As linhas de transportes nem sempre concentram todos os volumes em seus próprios terminais, mas também acabam utilizando os de terceiros, em alguns casos, até no mesmo porto. Ter o próprio terminal não garante tudo”, justificou.

Já para o líder de Prevenção de Perdas do Mercado Livre Brasil, Anderson Fagundes da Silva, a verticalização é um diferencial competitivo nos dias atuais para atender a demanda global e garantir a segurança na circulação de mercadorias e cargas.

Silva citou que essa diretriz permite maior autonomia, possibilidade de lucros maiores e domínio sobre tecnologia própria.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 20/11/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

ESTUDO MOSTRA PRINCIPAIS AMEAÇAS CLIMÁTICAS EM 21 PORTOS PÚBLICOS BRASILEIROS

Elaborado pela ANTAQ e a GIZ, o relatório “Impactos e Riscos da Mudança do Clima nos Portos Públicos Costeiros Brasileiros” será utilizado para elaboração de políticas públicas



O Porto de Aratu (BA) foi uma das instalações que participaram do estudo

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, divulgaram, nesta segunda-feira (22), em Brasília, o estudo contendo o levantamento das principais

ameaças climáticas, riscos e impactos da mudança do clima e o ranking dos 21 portos públicos brasileiros analisados sob maior risco climático atual.

O sumário executivo “Impactos e Riscos da Mudança do Clima nos Portos Públicos Costeiros Brasileiros” mostra que os vendavais são a ameaça climática mais crítica para o setor portuário nacional. Sete portos já possuem risco alto ou muito alto em relação a esse aspecto. Em 2050, esse número poderá saltar para 16.

Entre os portos mais ameaçados por vendavais estão os de Imbituba (SC), Santos (SP), Recife (PE), Rio Grande (RS), Salvador (BA), Paranaguá (PR) e Itaguaí (RJ). Conforme o estudo, a instalação portuária pernambucana, por exemplo, terá um risco climático de vendaval de 0,872 em 2030 e de 1,000 em 2050, considerando o pior cenário de emissões (veja a tabela abaixo), caso não seja dada uma atenção por parte da administração portuária, a fim de evitar possíveis prejuízos no futuro decorrentes da falta de investimento em medidas de adaptação.

Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
0 - 0,199	0,2 - 0,399	0,4 - 0,599	0,6 - 0,799	0,8 - 1,000

Por outro lado, os portos de Vitória (ES), Niterói (RJ), Itajaí (SC) e Angra dos Reis (RJ) foram as instalações que apresentaram menor risco de serem afetadas por vendavais. A instalação portuária capixaba, a título de ilustração, apresentou um índice de 0,288 no cenário atual. Em 2030, esse número será de 0,357 e de 0,396 para o pior cenário de emissões em 2050, se providências não forem tomadas.

O estudo foi elaborado a partir de um acordo assinado com a Agência Alemã de Cooperação Internacional no ano passado. O documento é um dos produtos da parceria e servirá para a elaboração de políticas públicas voltadas para o setor aquaviário, além das possíveis medidas de adaptação a serem implementadas para aumentar a resiliência frente aos impactos das mudanças do clima.

A análise de risco climático foi produzida a partir da adesão de 21 portos costeiros públicos, sendo eles: Angra dos Reis (RJ), Aratu-Candeias (BA), Cabedelo (PB), Fortaleza (CE), Ilhéus (BA), Imbituba (SC), Itaguaí (RJ), Itajaí (SC), Itaqui (MA), Natal (RN), Niterói (RJ), Paranaguá (PR), Recife (PE), Rio Grande (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Santos (SP), São Francisco do Sul (RS), São Sebastião (SP), Suape (PE) e Vitória (ES).

“Considerando a grande importância e amplitude do estudo apresentado, espera-se que o levantamento possa ser o ponto de partida para a melhoria regulatória do setor portuário, além de se constituir um norteador de políticas públicas sobre o tema, tão importante e atual para o país e o mundo”, afirmou o diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, destacando que o estudo poderá ser utilizado pelas autoridades portuárias para que tomem as providências necessárias a fim de minimizar os riscos climáticos.



Friederike Sabiel e Eduardo Nery: parceria para a elaboração do estudo

A conselheira de Assuntos Ambientais da Embaixada da Alemanha, Friederike Sabiel, destacou o engajamento dos 21 portos públicos para a realização do estudo. A conselheira afirmou que a mudança climática já está acontecendo. Por isso, a adaptação e o planejamento das cidades e dos portos são fundamentais para mitigar os riscos climáticos.

Tempestades e Aumento do Nível do Mar

Além dos vendavais, o sumário executivo traz dados

acerca dos riscos climáticos associados a tempestades e ao aumento do nível do mar, já que podem gerar impactos nas operações e infraestruturas. Tais eventos podem acarretar ainda riscos secundários, como inundações, ressacas e erosão costeira que podem potencializar os impactos no setor portuário.

Em relação a tempestades, o estudo mostra que não são previstas mudanças bruscas no nível do risco para os 21 portos públicos, dado que 16 portos apresentaram resultados constantes ao longo do período analisado. “Aproximadamente metade dos portos analisados apresentou no cenário atual um risco classificado como alto ou muito alto”, apontou o sumário.

Levando-se em conta o aumento do nível do mar, entre os portos analisados, onze deles — Aratu (BA), Paranaguá (PR), Rio Grande (RS), Santos (SP), São Francisco do Sul (SC), Cabedelo (PB), Fortaleza (CE), Imbituba (SC), Itaguaí (RJ), Recife (PE) e São Sebastião (SP) — possuirão, em 2030, risco classificado como alto ou muito alto.

Medidas de Adaptação

O estudo traz, ainda, uma lista de medidas de adaptação para enfrentar os riscos climáticos que podem ser causados pelos vendavais, tempestades e aumento do nível do mar. Foram listadas 55 ações para os portos, sendo 21 estruturais e 34 não estruturais. Entre elas estão a diversificação das ligações terrestres para o porto/terminal; construção de infraestruturas de abrigo; ampliação do processo de dragagem; e melhoria da qualidade dos acessos ao porto/terminal.

Próximas Fases

Além deste estudo, o acordo entre ANTAQ e GIZ prevê a elaboração de levantamentos customizados para três portos selecionados (Santos, Rio Grande e Aratu) a partir do ranking climático explicitado no sumário executivo, visando detalhar os impactos das ameaças climáticas na infra e superestrutura dos portos sob análise; e a elaboração de relatório com recomendações gerais de medidas de adaptação à mudança do clima para o setor portuário e divulgação dos resultados do projeto.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 22/11/2021

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

TESTE DE EMBARQUE POR RECONHECIMENTO FACIAL COM TRIPULANTES EM CONGONHAS

Assessoria de Comunicação



Tecnologia de embarque por meio de biometria, já testada com passageiros, é ampliada para pilotos e comissários, trazendo mais agilidade às viagens aéreas

O programa Embarque + Seguro 100% Digital do Governo Federal, com uso de reconhecimento facial biométrico, iniciou, nesta semana, testes com pilotos e comissários de bordo no Aeroporto de Congonhas (SP). A tecnologia dispensa a apresentação dos documentos de identificação dos tripulantes no momento de acesso à sala de embarque e aeronaves. O objetivo é tornar mais eficiente, ágil e seguro o processo de embarque nos aeroportos.



Reconhecimento facial Congonhas - Crédito: Divulgação Infraero.

Como parte do programa de transformação digital do país, o Embarque +Seguro foi idealizado pelo Ministério da Infraestrutura (MInfra), em parceria com a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. A solução tecnológica foi desenvolvida pelo Serpro, empresa de tecnologia do Governo Federal, e conta com a contribuição ainda da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Infraero, companhias aéreas, operadoras de aeroportos e empresas de tecnologia da informação.

Inicialmente, estão sendo realizados testes com tripulantes das empresas aéreas Azul, Gol e Latam com base em Congonhas. A fase de testes terá duração de 15 dias, podendo ser ampliada, e será estendida para o Aeroporto Santos Dumont (RJ). A tecnologia das estações de identificação facial foi desenvolvida pelas empresas Digicon, Idemia e Azul/Pacer.

O projeto para tripulantes foi viabilizado graças à implementação da CHT Digital (documento de identificação de tripulantes), ação desenvolvida pela Anac. As informações da CHT serão consultadas na base de dados do Governo Federal, por meio de sistema desenvolvido pelo Serpro para o programa Embarque +Seguro.

EVOLUÇÃO – "Realizamos, entre outubro de 2020 e setembro de 2021, os testes do embarque por meio do reconhecimento facial biométrico de passageiros. Damos início agora a uma nova etapa, com os tripulantes, na qual combinamos ao mesmo tempo duas tecnologias disruptivas: a carteira digital do tripulante, que é realidade em todo o país, e o reconhecimento biométrico do Embarque + Seguro", explica o secretário Nacional de Aviação Civil, Ronei Glanzmann.

"É algo realmente inovador, que dispensará totalmente o manuseio de documentos físicos para que pilotos e comissários acessem salas de embarque e aeronaves. Estamos empolgados com essa evolução", disse. Segundo o secretário, as tratativas entre SAC/MInfra, aeroportos e companhias aéreas estão em fase adiantada para a implantação definitiva do embarque biométrico nos aeroportos do país já em 2022.

Para o diretor-presidente da Anac, Juliano Noman, o avanço da implantação do reconhecimento facial nos aeroportos mais movimentados do país é fundamental para o crescimento da aviação civil e tem potencial de colocar o setor aéreo brasileiro entre os mais avançados em tecnologia.

"Essa ação visa facilitar e simplificar a vida de cada usuário do transporte aéreo, sejam eles passageiros ou tripulantes. Contribui também para aumentar o nível de segurança nos aeroportos e a confiabilidade na identificação, ao permitir a interação com o reconhecimento facial do CHT Digital de tripulantes, que é uma entrega do Voo Simples, nosso programa voltado para modernização e desburocratização da aviação brasileira", reforçou.

Vanguarda

De acordo com o presidente do Serpro, Gileno Barreto, a tecnologia do Embarque + Seguro é inovadora e coloca o Brasil na vanguarda neste movimento do Governo Federal de impulsionar a transformação digital no Brasil. "O Embarque + Seguro combina a validação biométrica e análise de dados, garantindo uma conferência precisa, ágil e segura da identidade, agora também, de tripulantes. A tecnologia garante o acesso às áreas restritas dos aeroportos com mais conforto e tranquilidade e traz mais agilidade às viagens aéreas", enfatiza.

Gileno ressalta, ainda, o compromisso com a privacidade dos dados do cidadão. "A solução atende à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e tem por premissa a segurança no tratamento dos dados pessoais contra uso indevido ou não autorizado", salienta.

O diretor de operações da Infraero, Brigadeiro André Luiz Fonseca, que esteve em Congonhas junto com o comandante Ondino Dutra, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA),

para o início dos testes com a tripulação, destaca que o Aeroporto de Congonhas é o primeiro do Brasil a testar a tecnologia com tripulantes. "O Embarque + Seguro está na vanguarda dos movimentos que priorizam a segurança e a agilidade nos processos aeroportuários", afirma o Brigadeiro.

Como funciona

No momento do controle de acesso à Área Restrita de Segurança (ARS), um equipamento de leitura biométrica coleta a leitura facial do tripulante e valida os parâmetros biométricos junto à base de dados da CHT Digital, confirmando se o indivíduo é tripulante da aviação civil e a validade do documento.

Em caso de identificação biométrica positiva, o tripulante terá o acesso liberado à ARS do aeroporto sem a necessidade de apresentação de documentos para o acesso, evitando o contato do tripulante e do agente de controle de acesso fisicamente aos documentos (procedimento touchless). Em caso negativo, a CHT do tripulante e o documento de identificação do operador aéreo poderão ser verificados e validados manualmente por um agente do operador aeroportuário responsável pelo controle de acesso à ARS. O procedimento de controle de acesso, por meio de biometria facial, não exige o tripulante de se submeter à inspeção de segurança aeroportuária.

Fonte: *Portal Porto Gente*

Data: 22/11/2021

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA EVENTO DE TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS DA AMÉRICA LATINA

Assessoria de Comunicação

Público poderá assistir aos debates com grandes nomes nacionais e internacionais sobre Finanças Verdes, Economia Azul e Mercados de Carbono, entre outros, além de conhecer novas soluções de tecnologia verde na edição 2021 do GreenTech América Latina

Estão abertas as inscrições para acompanhar, remota e gratuitamente, o GreenTech América Latina, programa de seleção e desenvolvimento de startups com tecnologias que despoluem ou reduzem a emissão de gases de efeito estufa. O evento acontece de 22 a 24 de novembro e terá abertura de Julio Moura Neto, Sócio Fundador e Presidente da Vesper-Ventures, membro do Conselho da Cencosud (Chile), sócio e membro dos Conselhos da Brinox, da Exact Sales e da Órigo.



GreenTech América Latina

No dia 23, a abertura fica por conta do Holandês Derk Loorbach, da Drift for Transition que falará sobre radical transitions. No dia 24 Frederik Van Deurs, Fundador do Green Innovation Group e Michelle Thatcher, da US Green Chamber of Commerce abrirão o último dia.

Entre os palestrantes estão Sergio Gusmão Suchodolski, que falará no painel Economia Verde sobre as iniciativas do banco. Presidente do Banco de

Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG e da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), Sergio é também Diretor do Comitê Executivo da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (ALIDE).

Um dos participantes do painel Tendências dos Mercados de Carbono é Ed Morata, cofundador da ForFuturing, consultoria de ESG na América Latina, EUA e Europa que co-fundou um dos primeiros fundos de créditos de carbono brasileiro este ano, e da Eneas Alternative Investments, firma de private equity; Max Corrêa, Chefe da Divisão de Combustíveis e Novas Energias no



Ministério de Minas e Energia do Chile falará no painel de Energy Tech; Johan Lopez traz para o painel de Economia Azul ampla experiência em iniciativas de impacto social, finanças verdes, parcerias globais e desenvolvimento sustentável, tendo passagens pelo Citibank e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outras instituições.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 22/11/2021

COP-26 ORIENTA A SUSTENTABILIDADE DO PLANETA

Editorial Portogente

Longe a ideia de negar progressos técnicos e de preconizar um retrocesso

A pauta da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26) supera a decepção e as lacunas que os termos do seu relatório final aparentam. O que se assistiu com as presenças e ausência do Brasil no evento, que reuniu os representantes das principais nações, é suficiente para afirmar que uma transformação está acontecendo de forma rápida no mundo conectado pela Internet. E nós atrasados na adoção da 5G.

Essa relevância também motivou significativa presença de empresários brasileiros nesse evento, numa demonstração de modernidade do nosso setor produtivo. A semente desse debate, obrigatório dos impactos climáticos, foi plantada no Brasil, na Rio + 20. Seu tema perpassa, por causas e efeitos, a sustentabilidade nos seus três eixos: econômico, social e ambiental. Uma lição para se repensar a forma de produzir, comercializar, distribuir e consumir.

Nesse horizonte, além da substituição do petróleo e carvão por energia limpa, está, portanto, a produtividade, para fazer mais com menos insumo e energia; mais barato, para mais gente. A meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C, ainda que afrouxada, será permanentemente perseguida e intolerante com regressos. Um tema amplo e que implica a competitividade do produto brasileiro de exportação, na forma de produção e das exigências na negociação.

As empresas desse circuito, independente das variações de cultura para cultura, devem incorporar o compromisso ambiental e social em suas práticas, do seu quadro de funcionários aos demais stakeholders, atendendo aos parâmetros da conformidade. Indubitavelmente, do dia 13 último, quando foi apresentado o relatório final da COP-26, o mundo passou a ser outro. Visão necessária nas práticas e negociações no comércio mundial.

O panorama brasileiro na COP-26 e seu entorno, determina o início dessa mudança urgente. Visto que não carecemos de recursos nem de história, para também brilhar no domínio da tecnologia. Devemos lançar foguetes brasileiros na plataforma de Alcântara, para navegar no espaço sideral. Explorar mais a nossa Amazônia, celeiro do mundo e de produção caviar sustentável.

Fonte: Portal Porto Gente

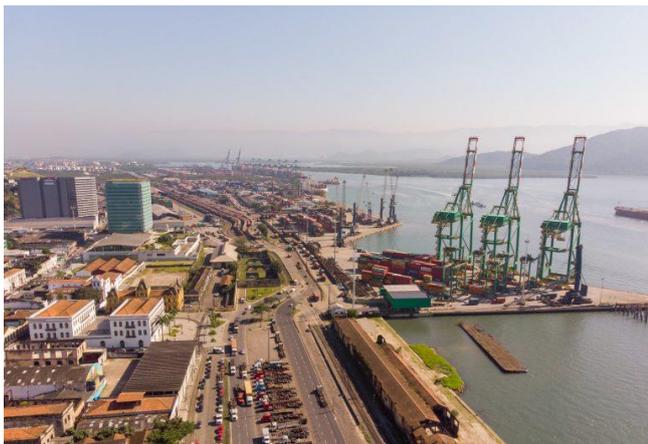
Data: 22/11/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

CANCELADO DEBATE SOBRE CONSTRUÇÃO DE LIGAÇÃO SECA ENTRE AS MARGENS DO PORTO DE SANTOS

Informação: Agência Câmara de Notícias (22 de novembro de 2021)



Obra ligaria as margens direita e esquerda do Porto de Santos – Foto: Divulgação / Governo do Estado de São Paulo

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados cancelou a audiência pública que realizaria nesta segunda-feira (22) para discutir a modelagem da ligação seca (por ponte ou túnel) entre os municípios paulistas de Santos e Guarujá.

A deputada Rosana Valle (PSB-SP), que pediu o debate, lembra que está em discussão

a construção de uma ponte ou de um túnel para a ligação seca entre os municípios de Santos e Guarujá, interligando as margens direita e esquerda do Porto de Santos.

Ela informou ainda que tem cobrado e acompanhado os estudos realizados pelo Ministério da Infraestrutura, via BNDES, para inclusão da construção da ligação seca entre as competências do vencedor da futura desestatização do Porto de Santos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/11/2021

MAERSK EMITE PRIMEIRO TÍTULO VERDE PARA FINANCIAR NAVIOS DE METANOL

Informação: MarineLink (22 de novembro de 2021)



© *Björn Wylezich / Adobe Stock*

A gigante do transporte marítimo Maersk disse que lançou seu Green Finance Framework projetado para permitir que a empresa emita uma variedade de instrumentos de financiamento sustentáveis ??que podem incluir títulos, empréstimos, financiamento de projetos e outros instrumentos.

“A emissão de Instrumentos de Financiamento Verde é mais um passo para integrar a sustentabilidade em nossas operações de financiamento, pois é uma ferramenta eficaz para canalizar investimentos para projetos com impacto ambiental positivo e, assim, contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e do Acordo de Paris . Com este título verde, pretendemos diversificar nossa base de investidores, alcançando novos investidores e aumentando a transparência de nossas ambições e desempenho ESG ainda mais em relação às nossas partes interessadas”, disse Patrick Jany, CFO da AP Moller – Maersk.

Cicero Green foi nomeado para revisar a Estrutura de Financiamento Verde da Maersk e, por fim, verificar seu alinhamento com os Princípios de Títulos Verdes 2021 da ICMA e os Princípios de Empréstimos Verdes 2021 e as práticas de mercado. Com base na avaliação geral dos ativos verdes elegíveis sob esta estrutura e em considerações de governança e transparência, a Estrutura Financeira Verde da Maersk recebeu um sombreamento Cicero Médio Verde e uma pontuação de governança Excelente.

Ao estabelecer o novo Green Finance Framework, a Maersk pretende alinhar sua estratégia de financiamento com sua meta de se tornar neutra em carbono até 2050, disse a empresa.

Para começar, a empresa colocou hoje com sucesso seu título verde inaugural de 10 anos, de € 500 milhões para financiar a construção de seu primeiro navio alimentador e a série inovadora de 8 grandes navios porta-contêineres que serão capazes de operar em metanol neutro em carbono em 2023 e 2024, respectivamente. A transação foi atendida com forte demanda, com uma carteira final de pedidos de € 3,7 bilhões. A transação custou cupom de 0,75%, o menor cupom de todos os tempos para a Maersk.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 22/11/2021

PORTO DE LOS ANGELES CONTINUA RITMO DE ANO RECORDE COM 900.000 TEU EM OUTUBRO

Informação: Port Technology (22 de novembro de 2021)



O porto de Los Angeles processou 902.644 TEU em outubro – uma redução de 8% em relação a 2020.

No acumulado do ano, o volume geral de carga aumentou 22% em relação a 2020.

Junto com outros portos da costa oeste, Los Angeles considerou introduzir uma taxa de permanência de longo prazo para contêineres que permanecerem em um terminal por nove dias ou mais – mas ainda não implementou a medida, adiando a

próxima data de decisão para 22 de novembro.

Desde 24 de outubro, o porto registrou queda de 31% – de 94.981 para 65.080 – no número de contêineres de importação em seus terminais marítimos.

Os contêineres de importação com nove dias ou mais diminuíram 35%, de 37.410 para 24.361.

O Diretor Executivo do Porto de Los Angeles, Gene Seroka, comentou: “Em meio à série de desafios que a cadeia de abastecimento enfrenta, continuamos a entregar mais cargas do que nunca.

“A National Retail Federation está prevendo uma temporada de férias recorde, já que muitos estabelecimentos como Walmart, Target e Home Depot relatam vendas fortes.

“Nas últimas semanas, limpar nossas docas de importações e vazios tem sido uma prioridade. Como resultado, vimos uma melhora acentuada da fluidez em nossos terminais marítimos, o que permite que mais navios sejam processados. ”

Cerca de 10 meses em 2021, o porto processou 9.079.562 TEU, 22% a mais do que os 7.444.464 TEU movimentados nesta época no ano passado.

As importações carregadas de outubro atingiram 467.287 TEU, uma queda de 8% em relação ao ano anterior, que foi o outubro mais movimentado já registrado para o porto.

As exportações carregadas caíram 32% para 98.251 TEU em comparação com 2020.

Os contentores vazios aumentaram para 337.106 TEU, um aumento de 2% em relação ao ano anterior.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 22/11/2021

LUCRO DA CMA CGM DISPARA COM O AUMENTO DO FRETE

Fonte: *MarineLink* (22 de novembro de 2021)



© eyewave / Adobe Stock

O grupo de transporte CMA CGM divulgou na sexta-feira um aumento nos lucros do terceiro trimestre e disse que espera um desempenho ainda mais forte no final do ano, já que a intensa demanda manteve as taxas de frete altas e a capacidade dos contêineres esticada.

A CMA CGM, com sede na França, uma das maiores linhas de contêineres do mundo, disse que o lucro líquido subiu para US \$ 5,6 bilhões no terceiro trimestre, de US \$ 567

milhões no mesmo período do ano passado, enquanto o lucro do núcleo de EBITDA subiu de US \$ 1,7 bilhão para US \$ 7,1 bilhões.

Uma recuperação econômica após os custos de uma pandemia de coronavírus interrompeu as cadeias de abastecimento e agravou os problemas de logística, como infraestrutura obsoleta e falta de motoristas.

Maersk, a maior linha de contêineres do mundo, disse este mês que os atrasos nos portos persistiriam no próximo ano.

“A pressão sobre a capacidade efetiva de embarque de bens de consumo observada desde o verão de 2020 deve persistir até pelo menos o primeiro semestre de 2022”, disse a CMA CGM.

“O contexto atual provavelmente permitirá ao Grupo atingir um desempenho financeiro ainda mais forte durante o quarto trimestre.”

O grupo, que é controlado privadamente pela família Saade, aumentou sua capacidade de embarque em quase 6% no ano até setembro de 2021, disse a agência.

A empresa também se expandiu como a Maersk no transporte não marítimo, com a aquisição da CEVA Logistics há dois anos e a criação de uma divisão de frete aéreo este ano.

Como parte de seu impulso de carga aérea, a CMA CGM anunciou com a Airbus na sexta-feira um pedido de quatro jatos de carga A350F.

Os lucros crescentes ajudaram a CMA CGM a acelerar os investimentos este ano, incluindo a aquisição planejada de um terminal portuário em Los Angeles por cerca de US \$ 2 bilhões.

O grupo também disse que sua dívida líquida caiu drasticamente, situando-se em US \$ 11,9 bilhões em 30 de setembro, queda de US \$ 4,9 bilhões em comparação com o final do ano passado

Fonte: *O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

Data: 22/11/2021

TECNOLOGIA INOVADORA NA ARMAZENAGEM DE CONTÊINERES EM PORTO ÁRABE

Informação: *CODESA* (22 de novembro de 2021)



Foto: CODESA

O presidente da CODESA, Julio Castiglioni, e o diretor Bruno Fardin, que participam da missão comercial realizada pelo governo brasileiro nos Emirados Árabes Unidos, conheceram um sistema inovador na armazenagem de contêineres no Porto de Jebel Ali, com significativos ganhos de utilização de espaço e redução do tempo de operação.

A missão é centrada na Expo Dubai 2020, exposição mundial que oferece um ambiente propício ao estreitamento de contatos entre o setor privado e o Governo Federal, reforçando as relações entre o Brasil e os Emirados Árabes. A comitiva do setor portuário e de infraestrutura nacionais é liderada pelo ministro Tarcísio de Freitas.

Visita técnica

Um dos pontos altos da programação da Expo Dubai foi a visita técnica da comitiva brasileira, ao Porto de Jebel Ali, em Dubai, pertencente ao grupo DPWorld. É o 9º porto do mundo em movimentação de contêineres, com quatro grandes terminais distribuídos, localizados numa área terrestre de 57 milhões de metros quadrados.

O Terminal 1 tem capacidade para 9 milhões de TEUs e é um dos mais movimentados. No Terminal 2, com sua tecnologia “estado-da-arte”, conseguiu-se redução de emissão de carbono na ordem de 30%.

Já os navios da categoria Ultra Large Container Vessels (ULCV), até 18,000 TEUs, podem operar no T3 e, o Terminal 4, projetado para ser benchmark internacional no setor, levará o porto, ao fim da construção, para capacidade de 22 milhões de TEUs.

Inovação

A comitiva conheceu, também, o projeto Box Bay, um sistema próprio, ainda em desenvolvimento, que consiste na automação integral de armazenamento de contêineres, com alta verticalização.

Jebel Ali é o primeiro porto, no mundo, que desenvolve essa tecnologia, cujo benefício é reduzir, em até três vezes, a ocupação do espaço para armazenar a mesma quantidade de contentores. Além disso, a operação de armazenamento é 60% mais rápida, em comparação ao processo tradicional, utilizado nos portos de todo mundo.

Os representantes do Brasil ainda visitaram o centro de operações da DPWorld, onde assistiram a uma apresentação, com informação gerais do porto, da área de logística integrada, ZPE (Zona de Processamento de Exportação), aeroporto e JAFZA (sigla em inglês para Jebel Ali Free Zone).

O evento – Expo Dubai 2020, começou no último dia 13 e vai até esta sexta-feira, 19 de novembro

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/11/2021

MISSÃO APROXIMOU EMPRESARIADO BRASILEIRO DOS ÁRABES

Informação: ANBA (22 de novembro de 2021)

São Paulo – A Confederação Nacional da Indústria encerrou nesta sexta-feira (19) as atividades da missão comercial que organizou para os Emirados Árabes Unidos, no qual brasileiros puderam fazer contatos de negócios e conhecer de perto as oportunidades e a realidade econômica do país árabe. A delegação foi a maior já enviada aos Emirados e contou com mais de 320 representantes de 230 companhias brasileiras, segundo informações da assessoria de imprensa da CNI.

A missão teve início no dia 13 de novembro, primeiro com debates nos quais lideranças do setor privado e público do Brasil e Emirados emitiram suas posições sobre a relação dos dois países, e a partir do dia 16 com agenda voltada a negócios. Na quarta-feira (17), a CNI assinou um memorando com a Federação das Câmaras de Comércio e Indústria dos Emirados Árabes Unidos (FCCI) que criou um Conselho Empresarial Brasil-Emirados Árabes Unidos.



Representantes de companhias brasileiras tiveram agenda de negócios nesta semana nos Emirados Árabes Unidos, como parte da missão da CNI ao país, que ocorreu com apoio da Câmara Árabe – Foto: Divulgação CNI

A Câmara de Comércio Árabe Brasileira foi uma das instituições que apoiou a realização da missão da CNI. Na abertura da programação de negócios (foto acima), no dia 16, a diretora de

Novos Negócios, Daniella Leite, deu dicas aos empresários sobre a entrada no mercado árabe. Segundo ela, a visita ao país é um primeiro passo, importante para conhecimento in loco, mas deve ser seguida de um planejamento estratégico de internacionalização, adequação de produtos se necessário, análise de competitividade e continuidade nos contatos.

Também na abertura da agenda de negócios, o diretor de Educação e Tecnologia da CNI, Rafael Lucchesi, falou que vê nos Emirados oportunidades de parcerias comerciais e investimentos para as empresas brasileiras. Segundo ele, os países da Europa e América do Norte já deixaram claro, como legado de emergência da covid-19, que não vão mais ficar reféns da China e da Índia. “Por que não o Brasil enxergar isso como uma oportunidade?”, disse. Falaram no evento também o chefe do escritório da Câmara de Comércio e Indústria de Dubai (Dubai Chamber) no Brasil, João Paulo Paixão, e o diretor de Negócios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), Lucas Fiuza.

No mesmo dia, após a abertura na qual vários especialistas falaram, os brasileiros tiveram rodadas de negócios com empresários árabes. “Gerou muitos contatos”, disse Daniella Leite sobre esse dia. A Câmara Árabe auxiliou no agendamento de reuniões da missão e na prospecção de executivos árabes para networking com a delegação do Brasil. Isso, segundo Leite, mostrou como é importante a existência do escritório da Câmara Árabe em Dubai. Ele foi aberto em 2019.

Além de participar de fóruns e seminários com autoridades, os empresários da missão fizeram visitas técnicas em diferentes regiões dos Emirados Árabes Unidos. Eles foram recebidos na Prefeitura de Dubai, no Centro Financeiro de Abu Dhabi, no Parque de Pesquisa, Tecnologia e Inovação de Sharjah, entre outros locais. A missão ocorreu por ocasião da participação brasileira na exposição universal Expo 2020 Dubai, que ocorre nos Emirados entre outubro de 2021 e março de 2022.

*Com informações da assessoria de imprensa da CNI

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/11/2021

COMISSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DEBATE SITUAÇÃO DE PORTO MARÍTIMO EM MUNICÍPIO FLUMINENSE

Informação: Agência Porto (22 de novembro de 2021)

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados realiza audiência pública nesta terça-feira (23) para discutir a atual situação do Porto do Forno, situado em Arraial do Cabo, no litoral do Rio de Janeiro. O debate será no plenário 11, às 17 horas.

O deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), que pediu a audiência, informou que o objetivo principal do debate é obter, com transparência, informações a respeito da administração do Porto do Forno. Aureo Ribeiro disse que a audiência pretende levantar: as ações e atividades de manutenção do Porto; as licenças e parcerias; as contratações, terceirizações e arrendamentos; os processos de licitações; e os serviços prestados e valores praticados.

Debatedores

Foram convidados para discutir o assunto com os deputados, entre outros, representantes da Receita Federal do Brasil, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério da Infraestrutura, da prefeitura de Arraial do Cabo, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis. Veja a lista completa dos debatedores.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/11/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

JAPÃO E ÍNDIA BUSCAM LIBERAÇÃO DE RESERVAS DE PETRÓLEO APÓS PEDIDO DOS EUA, DIZEM FONTES

Japão e Índia buscam liberação de reservas de petróleo após pedido dos EUA, dizem fontes
Terminal petrolífero

Por Ritsuko Shimizu e Yoshifumi Takemoto e Aaron Sheldrick

TÓQUIO (Reuters) – Autoridades japonesas e indianas estão trabalhando em maneiras de liberar de reservas nacionais de petróleo em conjunto com os Estados Unidos e outras grandes economias para reduzir os preços, disseram à Reuters sete fontes do governo com conhecimento dos planos.

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, pediu à China, Índia, Coreia do Sul e Japão uma liberação coordenada de reservas de petróleo, à medida que os preços da gasolina dos EUA sobem e os índices de aprovação de Biden despencam antes das eleições legislativas do próximo ano.

O pedido veio depois que o governo dos EUA não conseguiu persuadir a Opep+ a bombear mais petróleo, com grandes produtores argumentando que o mundo não tinha falta de petróleo.

O primeiro-ministro Fumio Kishida sinalizou no fim de semana que está pronto para liberar as reservas.

Três fontes do governo indiano disseram nesta segunda-feira que estavam mantendo consultas com os Estados Unidos sobre a liberação de petróleo de reservas estratégicas.

O Japão, o quarto maior comprador de petróleo do mundo, tem restrições sobre como pode agir com suas reservas –compostas por estoques privados e públicos– que normalmente só podem ser usadas em tempos de escassez.

Uma fonte japonesa disse que o governo está planejando liberar parte dos estoques controlados pelo Estado fora do valor mínimo exigido como uma solução legal.



Autoridades japonesas também estão analisando os estoques privados que fazem parte da reserva nacional, os quais alguns assessores argumentam que podem ser liberados sem restrições, afirmou uma segunda fonte.

“Não temos escolha a não ser buscar algo”, após um pedido dos Estados Unidos, disse uma terceira fonte à Reuters. Todas as fontes não quiseram ser identificadas porque o plano não foi divulgado.

O secretário-chefe de gabinete, Hirokazu Matsuno, disse nesta segunda-feira que nada foi decidido, enquanto Kishida afirmou no sábado que o governo estava considerando o que poderia fazer legalmente.

A reserva de petróleo do Japão era suficiente para 145 dias de consumo diário ao final de setembro, de acordo com dados oficiais, bem acima do mínimo de 90 dias exigido por lei.

As empresas privadas japonesas, incluindo refinarias, detêm cerca de 175 milhões de barris de petróleo e derivados como parte da Reserva Estratégica de Petróleo (SPR), o suficiente para o consumo de cerca de 90 dias, de acordo com a agência estatal Jogmec, que administra o SPR e lida com as liberações.

As reservas das empresas petrolíferas do Japão foram exploradas durante a Guerra do Golfo de 1991 e após os desastres do terremoto e tsunami de 2011. A parcela do Estado na SPR nunca foi usada e o Japão tem um nível “absurdo” de estoque de petróleo em mãos, segundo Fereidun Fesharaki, presidente da Facts Global Energy.

A Índia detém cerca de 26,5 milhões de barris de petróleo como reserva estratégica.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 22/11/2021

PEC DOS PRECATÓRIOS ABRE ESPAÇO DE R\$106,1 BI EM 2022, MAS SÓ R\$1,1 BI ESTÃO LIVRES, DIZ COLNAGO

Por Marcela Ayres

BRASÍLIA (Reuters) – O secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, afirmou nesta segunda-feira que a PEC dos Precatórios abre um espaço orçamentário de 106,1 bilhões de reais em 2022, dos quais apenas 1,1 bilhão de reais estão livres.

Colnago revelou os novos cálculos em participação de sessão de debates temáticos promovida pelo Senado para discutir a proposta que, de um lado, estabelece uma trava anual para o pagamento de precatórios e, de outro, muda a janela de correção da regra do teto de gastos, abrindo margem para a realização de mais despesas públicas no ano eleitoral de 2022.

Os dados da Economia, no entanto, mostram um Orçamento de 2022 já apertado, mesmo com a aprovação da PEC, para acomodação de acenos feitos por Bolsonaro, incluindo vale gás, auxílio a caminhoneiros e reajuste ao funcionalismo público.

O valor total do espaço para despesas aberto pela PEC citado pelo secretário é superior ao montante de 91,6 bilhões de reais que havia sido informado anteriormente pelo Ministério da Economia, e foi reestimado após a Secretaria de Política Econômica (SPE) ter divulgado na semana passada as novas estimativas para variáveis como inflação e Produto Interno Bruto (PIB).

A projeção passou a ser de um espaço adicional de 43,8 bilhões de reais no ano que vem pela imposição de um subteto ao pagamento de precatórios, frente a 44,6 bilhões de reais antes. Já o espaço aberto pela nova sistemática de correção da regra do teto subiu 15,2 bilhões de reais em meio à aceleração da inflação esperada para este ano, a 62,2 bilhões de reais.



Apesar de o número total ter subido, Colnago elencou uma série de despesas que já comprometem a utilização dessa brecha, incluindo 51,1 bilhões de reais para robustecer o Auxílio Brasil rumo ao benefício de 400 reais prometido pelo presidente Jair Bolsonaro para vigorar no ano eleitoral de 2022, e 33,2 bilhões de reais para correção, diante da inflação mais alta, de gastos sociais obrigatórios como benefícios previdenciários, abono salarial e seguro desemprego.

Completam a lista a atualização das despesas mínimas com saúde e educação (6,8 bilhões de reais), prorrogação da compensação pela desoneração da folha de pagamento para alguns setores (5,3 bilhões de reais), emendas impositivas e outras despesas obrigatórias (4,4 bilhões de reais), recursos aos demais Poderes (2,7 bilhões de reais) e gastos com pessoal (1,5 bilhão de reais).

Ao fim, a sobra remanescente de 1,1 bilhão de reais terminou expressivamente menor que o espaço orçamentário livre de cerca de 10 bilhões de reais que havia sido apontado anteriormente por Colnago, antes da divulgação da nova grade de parâmetros macroeconômicos.

DEFESA DO FISCAL

Colnago defendeu que a PEC mantém a regra do teto apesar de propor que o crescimento dos gastos agora se dê pela inflação medida pelo IPCA de janeiro a dezembro do ano anterior, ante período de 12 meses encerrados em junho do ano anterior. Segundo o secretário, a regra ainda será “muito forte” e “muito robusta”.

Com a proposta, a perspectiva é de que o déficit primário no ano que vem seja de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB), ante 0,5% num cenário sem a PEC.

As despesas primárias como proporção do PIB devem ficar em 18,2% no ano que vem, contra 17,3% num quadro sem a PEC, mas ainda no menor valor desde 2014 (18,1%). O secretário defendeu que isso mostra que o governo segue comprometido com a consolidação fiscal.

Já a dívida bruta deve bater em 81,7% do PIB em 2022, contra 80,5% na ausência da PEC, o que, de acordo com Colnago, também sinaliza que a trajetória fiscal não será deteriorada, já que a perspectiva é de “constância” frente a um patamar de 81,9% para a dívida neste ano caso a PEC seja chancelada.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 22/11/2021

ISRAEL E JORDÂNIA FECHAM ACORDO PARA TROCAR ENERGIA SOLAR POR ÁGUA DESSALINIZADA

Por AFP

A Jordânia fornecerá energia solar a Israel em troca de água dessalinizada, em virtude de um acordo contido em uma declaração de intenções assinada pelos dois países vizinhos nesta segunda-feira (22).

O documento, preparado sob os auspícios dos Estados Unidos, foi rubricado por ministros dos dois países durante a exposição universal de Dubai, Emirados Árabes Unidos, na presença do enviado especial dos Estados Unidos para o clima, John Kerry.

Este projeto é o “mais importante” desde a assinatura da paz entre os dois países em 1994, declarou em um comunicado a ministra israelense da Energia, Karine Elharrar.

Suas vantagens “não serão avaliadas unicamente em termos de eletricidade verde ou de água dessalinizada, mas também do ponto de vista do reforço das relações com o vizinho que tem a fronteira mais extensa com Israel”, acrescentou.

A eletricidade virá de uma usina solar com capacidade para gerar 600 megawatts, que será construída, segundo a imprensa, pelos Emirados Árabes Unidos. Em troca, Israel entregará 200 milhões de metros cúbicos de água dessalinizada à Jordânia.

Os estudos de viabilidade devem começar em 2022.

Em outubro, Israel já tinha assinado um acordo para dobrar a quantidade de água fornecida à Jordânia, país que sofre com uma seca intensa e precisa de cerca de 1,3 bilhão de metros cúbicos por ano

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 22/11/2021

EXPORTAÇÃO DE SOJA DO BRASIL REDUZ RITMO NA 3ª SEMANA DO MÊS; MINÉRIO ACELERA

(Por Roberto Samora)



Navio cargueiro descarrega soja no porto de Paranaguá, no Paraná

SÃO PAULO (Reuters) – As exportações das principais commodities agrícolas do Brasil, como a soja, desaceleraram o ritmo na terceira semana de novembro em relação à segunda semana do mês, mostraram dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) nesta segunda-feira.

O embarque de soja do país na média do mês até terceira semana de novembro foi de 161,6 mil toneladas por dia, versus 192,3 mil toneladas até a semana anterior, mas ainda um salto na comparação anual (veja detalhes na tabela abaixo).

A exportação de café do Brasil até terceira semana registrou média diária de 10,22 mil toneladas, versus 11,5 mil até a segunda semana.

O mesmo aconteceu com o algodão, com 11,9 mil toneladas ao dia, ante 12,8 mil até segunda semana, versus 16,7 mil toneladas ao dia no mesmo mês completo de 2020.

Já a exportação de minério de ferro do Brasil, que começou o mês com registros bastante baixos, recuperou-se, somando 1,42 milhão de toneladas, ante 1,22 milhão até a segunda semana e ante 1,46 milhão no mesmo mês completo de 2020.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 22/11/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

GOVERNO MELHORA PROJEÇÃO DE DÉFICIT PRIMÁRIO EM 2021 A R\$ 95,8 BI COM ARRECADAÇÃO MAIOR

Por Reuters

O Ministério da Economia divulgou nesta segunda-feira que vê o déficit primário do governo central fechando 2021 em 95,8 bilhões de reais, menor que o rombo de 139,4 bilhões de reais calculado em setembro, em nova melhora da projeção decorrente de uma arrecadação mais forte.

O dado consta em relatório de receitas e despesas e corresponde a 1,1% do PIB, frente a déficit de 1,6% do PIB apontado no relatório anterior.

O novo número foi guiado principalmente por uma perspectiva de maior arrecadação, após a equipe econômica ter elevado em 47,7 bilhões de reais essa conta, a 1,556 trilhão de reais em 2021. Já as despesas estimadas foram elevadas em 4,1 bilhões de reais no ano, a 1,651 trilhão de reais.

Fonte: MoneyTimes

Data: 22/11/2021

BRASIL FAZ 1º EMBARQUE DE CAFÉ CARBONO NEUTRO, PRODUTOR RECEBE PRÊMIO EM DOBRO

Por Reuters



A trading pagou um prêmio equivalente a 100 reais por saca de 60 kg do café neutro em carbono (Imagem: Valter Campanato/Agência Brasil)

O Brasil realizou seu primeiro embarque de café carbono neutro, cujo processo de produção permite maior sequestro do que emissões de gases de efeito estufa, e novas exportações do produto mais sustentável e valorizado estão a caminho, afirmam à Reuters representantes da cooperativa monteCCer, que liderou a iniciativa.

O embarque de 600 sacas de 30 quilos do produto uma medida diferente da tradicional saca de 60 kg do grão “commoditizado” foi feito em outubro junto à Volcafe, braço comercial de café da ED&F Man, uma das maiores tradings mundiais de commodities, para atender clientes no Japão.

A trading pagou um prêmio equivalente a 100 reais por saca de 60 kg do café neutro em carbono, valor que é o dobro do diferencial pago por produtos de qualidade e que tem certificados ambientais e sociais, disseram líderes da monteCCer, com sede em Monte Carmelo, no Cerrado Mineiro.

“Trabalhamos para a descomoditização do café”, disse o diretor superintendente da monteCCer, Regis Damasio Salles, explicando que essa não é uma jornada fácil, mas compensa pelo valor adicional recebido e também por preparar o negócio para as gerações futuras de cafeicultores.

A neutralização do carbono é realizada por meio do sequestro de gás carbônico pelas árvores, mas também pela redução de fertilizantes nitrogenados, maior uso de compostos orgânicos, uso de defensivos biológicos, racionalização da irrigação, entre outros processos.

O interesse da indústria torrefadora nesse produto ainda com oferta restrita é grande, pois proporciona uma forte compensação das emissões na ponta.

O café torrado produzido com grãos carbono neutro permite, por exemplo, uma redução de mais de 80% nas emissões de gases de efeito estufa, na comparação com balanço registrado no processo de fabricação com um produto tradicional.

“Temos (outros) cinco negócios engatilhados”, acrescentou Salles, ressaltando que a cooperativa negocia com uma grande rede de cafeteria dos EUA, além de compradores europeus. Ele não revelou nomes.

O diretor da monteCCer comentou que tudo começou em 2018, quando fazendas de cooperados que estavam completando dez anos de certificações por boas práticas decidiram dar um passo além.

Foi então realizado o chamado “inventário da sustentabilidade”, com supervisão do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), no qual foram analisados itens como solo, uso de defensivos e fertilizantes, de recursos hídricos, emissão de gases, a fauna e a flora.

O trabalho apontou que 34 fazendas, no balanço das emissões, mais sequestram do que liberam gases de efeitos estufa, considerando itens que mais emitem, como uso de fertilizante, calcário, combustíveis fósseis (óleo diesel) e trabalhos de poda na lavoura.

Ele ressaltou que a medição, chancelada pela companhia global Preferred by Nature, foi feita apenas dentro da porteira, sem considerar Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal, o que indica que o sequestro de carbono da propriedade pode ser maior.

Os participantes da iniciativa buscam reduzir o uso de fertilizantes nitrogenados, os maiores emissores, usando materiais orgânicos e melhorando a cobertura vegetal das lavouras, entre outras iniciativas.

“Como nas nossas lavouras a maioria da irrigação é por gotejamento, isso evita a volatilização do nitrogênio, no gotejo é mínima a volatilização, diferentemente da irrigação por aspersão”, explicou o presidente da Federação dos Cafeicultores do Cerrado e da cooperativa monteCCer, Francisco Sérgio de Assis.

“Hoje estamos em processo de racionalização de tudo”, completou, dizendo que as iniciativas incluem o uso de defensivos biológicos e economia de água e energia.

Potencial

O setor avalia que o caminho para obter um café carbono neutro foi facilitado entre os integrantes da cooperativa pelas boas práticas já adotadas há muitos anos, e acredita que o potencial do Cerrado Mineiro na oferta desse produto mais sustentável é enorme.

Atualmente, as 34 fazendas com certificação neutra em carbono produzem em média 160 mil sacas de café por ano, um volume ainda pequeno perto das milhões de sacas exportadas todos os meses pelo Brasil.

Mas os integrantes da cooperativa dizem que boa parte do Cerrado Mineiro, que cultiva 230 mil hectares (ou mais de 15% da área brasileira de café arábica), poderia partir para a iniciativa mais sustentável, pois já dispõe de alguma certificação ambiental ou social.



“Hoje estamos em processo de racionalização de tudo”, completou, dizendo que as iniciativas incluem o uso de defensivos biológicos e economia de água e energia (Imagem: Pixabay)

“O Cerrado Mineiro é a região com maior área de café certificado do mundo, a certificação se aproxima de 90 mil hectares”, ressaltou Assis.

“Na nossa federação, somos 55 municípios, temos sete cooperativas, já estamos fazendo um trabalho de intercooperação no sentido de melhora das práticas sociais e ambientais. Esse carbono zero já é uma prática a ser seguida pelas coirmãs.”

O Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) e o Conselho Nacional do Café (CNC), órgão que representa as cooperativas, também estão envolvidos em projetos para expandir a iniciativa a áreas como Sul de Minas e Zona da Mata.

Fonte: *MoneyTimes*

Data: 22/11/2021

PACHECO TRABALHA COM VOTAÇÃO DE PRECATÓRIOS EM PLENÁRIO ATÉ PRÓXIMA SEMANA

Por Reuters



Obviamente que tentaríamos nesta semana, mas eu acho difícil, mas vamos buscar fazer até a semana que vem a apreciação pelo plenário dessa PEC dos Precatórios (Imagem: REUTERS/Adriano Machado)

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), considerou nesta segunda-feira difícil levar a PEC dos Precatórios ao plenário da Casa ainda nesta semana, uma vez que ela deve ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na quarta-feira, e disse trabalhar com a perspectiva de deliberação da proposta até a próxima semana.

O senador avaliou ainda que há maneiras de indicar fonte de recursos para tornar permanente o Auxílio Brasil, programa social do governo, com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios.

A estimativa é que a medida permita a abertura de um espaço fiscal de 90 bilhões de reais, caso seja mantido o texto já aprovado pela Câmara dos Deputados.

“Devemos ter a apreciação nesta quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça, e uma vez apreciado, na sequência, no plenário”, disse o senador a jornalistas.

“Obviamente que tentaríamos nesta semana, mas eu acho difícil, mas vamos buscar fazer até a semana que vem a apreciação pelo plenário dessa PEC dos Precatórios”, acrescentou.

Ao comentar sugestão do líder do MDB, Eduardo Braga (AM), de tornar o auxílio um programa permanente, Pacheco considerou que a ideia é “inteligente”.

Defendida por diversos outros senadores, a ideia é uma das possíveis mudanças a serem acolhidas pelo governo para garantir a aprovação da PEC.

“Nós temos um problema de espaço fiscal hoje, que precisa ser solucionado com a solução dada pela PEC dos Precatórios. E se há uma coisa no Brasil que a riqueza nacional deve servir é para fazer um programa social decente para as pessoas”, defendeu o presidente do Senado.

“Eu acredito perfeitamente que é possível, sim, nós termos as fontes de recursos necessárias para que um programa social seja implantado”, afirmou.

O Senado realiza nesta segunda-feira uma sessão temática de debates sobre a PEC dos Precatórios. Após a fase de debates, o relator da proposta, o líder do governo na Casa Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), deve apresentar seu parecer.

Fonte: *MoneyTimes*

Data: 22/11/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

META DO CHILE É PRODUZIR HIDROGÊNIO VERDE MAIS BARATO DO MUNDO, AFIRMA MINISTRO JUAN CARLOS JOBET

Estratégia do país foca em renováveis como pilar da descarbonização da mineração, substituindo diesel e outros combustíveis

Por Gabriel Chiappini - 22 de novembro de 2021 - Em Combustíveis, Internacional, Política energética, Transição energética



Juan Carlos Jobet: hidrogênio verde é pilar de estratégia do Chile para descarbonização da mineração nacional (reprodução)

Com foco na redução da pegada de carbono da mineração nacional — de olho na competitividade futura da produção — o Chile está desenvolvendo uma estratégia para o hidrogênio focada na produção renovável.

E traça uma meta ambiciosa: produzir o hidrogênio verde mais barato do mundo em dez anos, afirma o ministro de Minas e Energia do Chile, Juan Carlos Jobet, em entrevista à epbr.

“Nosso objetivo é ter 5 GW de capacidade de eletrólise em desenvolvimento até 2025, produzir o hidrogênio verde mais barato do planeta até 2030 e estar entre os três maiores exportadores até 2040”, diz.

No planejamento do país, o hidrogênio verde (H2V) é um dos pilares do plano de neutralidade de emissões.

“O hidrogênio verde representa 20% da solução que vamos promover para alcançar a neutralidade em carbono até 2050. [Ele] promete ser uma das soluções mais eficientes para limpar setores difíceis de descarbonizar, como a mineração, o transporte, a calefação, entre outros”, explica Jobet.

Diferente do Brasil, que no Plano Nacional do Hidrogênio (PNH2) indica a abertura de múltiplas rotas para produção H2, incluindo de fonte fósseis, como o gás natural, o governo do Chile tem sinalizado ao mercado que a aposta é hidrogênio verde, produzido a partir de fontes renováveis, como a geração de energia eólica.

O plano foi consolidado na Estratégia Nacional de Hidrogênio Verde, lançada em 2020. Veja a íntegra (.pdf)

https://energia.gob.cl/sites/default/files/estrategia_nacional_de_hidrogeno_verde_-_chile.pdf



“Nossa estratégia contempla o desenvolvimento desse combustível em diferentes etapas. Na primeira, buscamos que o hidrogênio produzido seja utilizado por nossas indústrias-chave, de forma que elas possam diminuir sua pegada de carbono e ganhar competitividade”, diz.

“Assim que a indústria estiver consolidada, poderemos exportar o hidrogênio”.

Descarbonização da mineração com hidrogênio verde

Para facilitar a implementação de projetos pilotos na mineração, o governo chileno deu mais um passo, e lançou no mês passado um guia (.pdf) específico para desenvolvimento de projetos de H2V no setor.

O documento propõe um passo a passo para empresas apresentarem seus projetos de hidrogênio verde e critérios pelos quais serão avaliados.

“Isso ajuda a reduzir as incertezas do mercado para acelerar a execução de projetos de hidrogênio verde e seus derivados, bem como reduzir a complexidade associada ao desenvolvimento de novos projetos”, diz o ministro.

Ele explica que Antofagasta, no norte do Chile, é uma das regiões onde os projetos de hidrogênio verde estão concentrados.

“Destaca-se o projeto Atacama Hydrogen HUB, projeto associado ao Complexo Portuário de Mejillones, que visa desenvolver uma instalação de hidrogênio verde para fornecer trens de hidrogênio para o transporte de produtos associados à indústria de mineração”.

“As fases posteriores do projeto seriam voltadas para a produção em grandes quantidades de derivados verdes do hidrogênio para exportação”, exemplifica.

Atualmente, o Chile é o maior produtor global de lítio e de cobre, minerais essenciais para a produção de baterias, cada vez mais importantes num cenário de transição energética — não apenas para a mobilidade, mas também para suporte à geração de energia renovável e intermitente.

O setor de mineração responde por 16% do PIB chileno e mais da metade das exportações do país.

A estratégia chilena se assemelha ao plano de Minas Gerais, o Minas de Hidrogênio, que prevê num primeiro momento a produção de H2V para descarbonização da indústria local do estado.

Isso garantiria o acesso a mercados cada vez mais exigentes, como o europeu, que deverá em breve taxar o carbono sobre produtos importados.

“A mineração está migrando para processos de produção mais limpos e verdes, que agregam valor e a tornam mais competitiva. Nesse contexto, a incorporação do hidrogênio verde na mineração em substituição aos combustíveis fósseis é uma grande oportunidade para continuar avançando em direção a uma mineração mais sustentável”, afirma Jobet.

Substituição de diesel e testes no mercado de aviação

Responsável por 5 a 7% das emissões globais de gases do efeito estufa, a mineração vem investindo em maneiras de reduzir a pegada de carbono das suas operações.

O maior desafio é a substituição de combustíveis fósseis utilizados nos grandes caminhões, que são responsáveis por quase 50% das emissões diretas de CO2 das companhias.



O ministro acredita que o hidrogênio verde permitirá substituir o óleo diesel.

“Em 2050, esperamos que um terço dos caminhões de mineração operem com hidrogênio verde gerado localmente. A mineração terá um papel muito importante no desenvolvimento desta nova indústria”, ressalta.

O pontapé inicial foi dado em agosto pela mineradora Anglo American que produziu a primeira molécula de H2V utilizada na mineração em grande escala no Chile, permitindo a operação do primeiro veículo a utilizar esse combustível no país.

A planta de H2V da Anglo foi construída na mina Las Tórtolas, nos arredores de Santiago.

O Chile já conta com mais de 60 projetos em desenvolvimento, entre eles o Haru Oni, de produção de combustíveis sintéticos, que combina eólica, eletrólise e captura de carbono. É uma parceria entre Siemens Energy, ExxonMobil, Enel e Porsche.

Há também dois projetos que estudam produzir hidrogênio verde e criar uma estação de reabastecimento de hidrogênio para os ônibus que transportam os trabalhadores para as minas, a partir de 2022.

Um da Copec em parceria com a GIZ – Agência Alemã de Cooperação Internacional; e outro da Air Liquide.

Além disso, Jobet anunciou recentemente um plano para que o aeroporto de Santiago seja o primeiro da América Latina a permitir o uso de aviões movidos a hidrogênio verde, tanto para transporte de passageiros quanto de carga.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/11/2021

BOLSONARO SANCIONA LEI DO VALE-GÁS PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

Por epbr - 22 de novembro de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter, Petróleo e gás, Política energética

Contato da redação
epbr@epbr.com.br

em jogo

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou nesta segunda (22/11) a Lei 14.237/21, que institui o Programa Gás dos Brasileiros, aprovado no Congresso Nacional. A cada bimestre, o programa vai pagar pelo menos 50% da média do preço nacional de referência do botijão de 13 kg de GLP estabelecido pelo Sistema de Levantamento de Preços (SLP) da ANP nos seis meses anteriores.

— O “Gás dos Brasileiros” vai utilizar a estrutura do Programa Bolsa Família e vigorar pelos próximos cinco anos. Poderão ser beneficiadas famílias inscritas no CadÚnico do governo federal, com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário-mínimo nacional, ou que tenham entre seus membros residentes no mesmo domicílio quem receba o benefício de prestação continuada da assistência social. O pagamento será feito preferencialmente à mulher responsável pela família.

— São fontes de recursos do programa:

- Os dividendos pagos pela Petrobras à União;
- Os bônus de assinatura dos leilões de concessão e de partilha da produção.

— Os valores dos bônus obtidos nos leilões de partilha a serem usados no programa excluem as parcelas destinadas para a PPSA; a parcela transferida pela União aos estados, ao Distrito



Federal e aos municípios referente aos royalties; a parcela referente à União do valor dos royalties; e a receita advinda da comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União

— O Poder Executivo compensará, por meio de transferência de renda, o valor da Cide incidente sobre os botijões de 13 kg de GLP às famílias de baixa renda beneficiárias de programa de transferência de renda de caráter permanente do governo federal que não sejam beneficiárias do auxílio Gás dos Brasileiros.

Petrobras não atende demanda das distribuidoras para dezembro A Petrobras não atenderá novamente 100% dos pedidos de distribuidoras por combustíveis em dezembro, em meio à manutenção de um cenário de demanda atípica vista também em novembro, disse a companhia em nota à Reuters.

— “Assim como no mês de novembro, os pedidos de diesel encaminhados pelas distribuidoras para o mês de dezembro foram atípicos e superiores ao mercado esperado para este período”, disse a empresa.

— A Petrobras opera atualmente seu parque de refino com fator de utilização de 87%. E disse que há dezenas de empresas cadastradas na ANP aptas para importar combustíveis e que possuem condições de atender essa demanda adicional.

— A decisão da Petrobras pode gerar escalada no preço do diesel, por conta da diferença entre o valor praticado no mercado brasileiro e fora do país. É o que prevê a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis, a Abicom.

— “A defasagem no diesel ainda é grande, em média, 22 centavos por litro, e, devido ao fato da Petrobras não acatar 100% dos pedidos feitos pelas distribuidoras, haverá a necessidade de as distribuidoras comprarem produto importado com preço mais alto do que o comprado da Petrobras, tendo como consequência o aumento dos preços nas bombas”, afirmou o presidente da Abicom, Sérgio Araujo, à CNN.

Leia na coluna Petropolítica: Fernanda Delgado, da FGV Energia, e Marcelo Gauto, especialista em óleo e gás, defendem o preço de paridade de importação

— A Abicom projeta que o valor pago pela gasolina nos postos também pode ser impactado, mas no caso do diesel, a diferença entre o produto vendido pela Petrobras e o importado é maior, fazendo com que seja mais sentido.

Eneva estuda terminal de GNL no Maranhão A Eneva anunciou no sábado (20/11) que assinou acordo de cooperação com a Servtec Investimentos e Participações para avaliar o desenvolvimento de um terminal de GNL no Porto do Itaqui ou imediações, em São Luís (MA). As empresas podem montar uma joint venture, na qual a Eneva deterá 51% do total de ações e a Servtec deterá os 49% remanescentes.

— O acordo prevê direito de exclusividade até 30 de dezembro de 2022, e após tal data, de primeira recusa até 30 de dezembro de 2023, para desenvolver, gerenciar e explorar o terminal de GNL em conjunto com a Servtec.

— A Eneva possui agora 10 campos declarados comerciais na Bacia do Parnaíba, no Maranhão, sendo cinco em produção e cinco em desenvolvimento. A capacidade atual total de produção de gás da Eneva na bacia é de até 8,4 milhões m³/dia.

Descoberta no pré-sal de Santos A Petrobras anunciou na sexta (19/11) que a perfuração do poço 1-BRSA-1381-SPS, batizado como Curaçao, na área do bloco exploratório Aram, na Bacia de Santos, identificou a presença de hidrocarbonetos na região do pré-sal.

— A Petrobras é a operadora de Aram, com 80% de participação, e tem como sócia a chinesa CNODC (20%). A área de partilha da produção foi arrematada na 6ª rodada de licitação da ANP. A PPSA representa a União no contrato.

Petrobras arremata terminal em Santos A Petrobras venceu a licitação para arrendamento do terminal de combustíveis STS08A no Porto de Santos, promovida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) na sexta (19/11). A companhia ofertou R\$ 558 milhões pela área e aguarda homologação do resultado do leilão para assinar o contrato de arrendamento pelo período de 25 anos.

— A Transpetro, subsidiária da Petrobras, é a atual arrendatária do terminal. Com o resultado da licitação, garante a continuidade de sua logística para o escoamento de derivados produzidos nas refinarias da Petrobras localizadas em São Paulo.

— Conforme disposto no edital da licitação, a Petrobras realizará investimentos para melhoria da infraestrutura em geral, incluindo a construção de tancagem e novo píer.

Os preços do petróleo fecharam a sexta (19/11) em forte queda, pressionados por temores de uma desaceleração na recuperação econômica à medida que o avanço da covid-19 na Europa provoca a adoção de medidas restritivas.

— O Brent para janeiro fechou em queda de 2,89%, a US\$ 78,89 por barril, e o WTI para o mesmo mês caiu 3,15%, a US\$ 75,94 por barril. É o menor nível de preços, em ambos os contratos, desde o começo de outubro.

— Com a queda, os preços recuaram pela quarta semana consecutiva. É o período mais longo de queda semanal desde março de 2020, quando os preços registraram perdas durante cinco semanas consecutivas. Valor

Captação para usinas fotovoltaicas A Evolua Energia concluiu sua primeira captação de R\$ 123 milhões com Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) com Selo Verde. O valor será usado na construção de usinas fotovoltaicas até maio de 2022.

— As novas usinas serão instaladas nas cidades de Nova Ponte, Montes Claros e Buritizeiro, em Minas Gerais. Com elas, a Evolua terá capacidade instalada total de 30 MW. O primeiro parque gerador da empresa, inaugurado em 2020, está situado em Pirapora (MG).

— “Nossa expectativa é ampliar esse número para 90 MW instalados até o fim de 2022”, afirma Tarcísio Neves, CEO da empresa.

— A Evolua opera no mercado de geração distribuída compartilhada com energia limpa. Foi uma das primeiras empresas do setor de energia a conseguir emissão do CRI com Selo Verde. A operação teve o Grupo Modal como coordenador líder.

Privatização da Eletrobras Representantes do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobras estiveram no Tribunal de Contas da União (TCU) na semana passada, segundo Lauro Jardim, de O Globo. Foram explicar a ministros e técnicos do tribunal pontos controversos do projeto de privatização da Eletrobras. O objetivo era agilizar o processo, que está sob análise do TCU.

— De acordo com o colunista, a visita não surtiu efeito. Além disso, o ministro Aroldo Cedraz, relator do processo, permanece firme com o propósito de não liberá-lo para ser julgado pelo plenário do TCU até 8 de dezembro, data em que o tribunal encerra os trabalhos deste ano.

— Segundo o Estadão, após analisar informações do governo, a área técnica do TCU apontou inconsistências nos dados da operação e apresentou uma série de recomendações ao MME,



principalmente relacionadas aos preços de energia estabelecidos pela pasta – o que pode interferir nos valores que serão pagos à União e nas projeções para amenizar as tarifas nos próximos anos.

— Na sexta (19/11), a Eletrobras informou que seu Conselho de Administração aprovou a contratação de sindicato de bancos para estruturação da oferta de ações (“follow-on”) do processo de privatização da companhia.

— Os coordenadores líderes do “follow-on” serão Bank of America, BTG Pactual, Goldman Sachs, Itaú BBA e XP Investimentos. Já os “bookrunners” da operação serão Bradesco BBI, Caixa Econômica Federal, Citi, Credit Suisse, JP Morgan, Morgan Stanley (MS) e Safra. Reuters

Brasil supera 20 GW eólicos Com a liberação dada pela Aneel para operação comercial de 45,9 MW em usinas eólicas, o Brasil superou a marca de 20 GW de capacidade instalada em geração eólica. A energia é suficiente para suprir a demanda de mais de 20 milhões de habitantes.

— A energia eólica se consolida como a terceira maior fonte de geração elétrica no país. Mais de 750 parques eólicos estão em operação, com mais de 10 mil torres eólicas. De acordo com o Global Wind Energy Council (GWEC), o Brasil ocupa a sétima posição no ranking mundial de geração eólica.

— O destaque da geração eólica é a região Nordeste, que sozinha responde por cerca de 90% da capacidade instalada. São da região as quatro usinas que romperam juntas a marca dos 20 GW: Ventos de Arapuá 1, 2 e 3 (Paraíba), Chafariz 4 (Paraíba – fot), Filgueira II (Rio Grande do Norte) e Ventos de Santa Martina 11 (Rio Grande do Norte).

Delta e BTG Pactual assinam acordo para uso de combustível sustentável A Delta Air Lines e o BTG Pactual anunciaram acordo para uso de combustível de aviação sustentável (SAF) em viagens corporativas. É a primeira parceria da Delta para uso do SAF na América Latina.

— O acordo representará uma redução de emissões de aproximadamente 30 toneladas de CO₂, em comparação com o uso do combustível de aviação convencional. As viagens aéreas do banco foram responsáveis por 35% das emissões da empresa em 2019 e por 15% em 2020.

— O acordo também é importante para criar demanda para o uso do SAF, contribuindo para reduzir a dependência do setor de aviação do combustível convencional.

Uma mensagem da Pré-Sal Petróleo SA:

Na próxima quinta-feira (24), nós nos encontramos no 4º Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo!

Que tal participar do nosso tradicional encontro para atualização e compartilhamento de conhecimentos sobre a nossa indústria? Venha assistir a apresentações e debates de líderes e especialistas da Petrobras, CNODC Brasil Petróleo e Gás, CNOOC International, TotalEnergies, Equinor e ExxonMobil.

Na oportunidade, Eduardo Gerk, nosso diretor-presidente, abrirá o nosso evento apresentando o estudo “Estimativas de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção”, que é produzido anualmente e vai contemplar o período de 2022 a 2031!

O encontro acontece virtualmente, no YouTube da agência epbr, de forma gratuita.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/11/2021

ENEVA ANUNCIA ESTUDOS PARA TERMINAL DE GNL NO MARANHÃO

Por epbr - 20 de novembro de 2021 - Atualizado em 21 de novembro de 2021 Em Mercado de gás, Petróleo e gás



A Eneva anunciou neste sábado (20/11) que assinou acordo de cooperação com a Servtec Investimentos e Participações para avaliar o desenvolvimento de um terminal de GNL no Porto do Itaqui ou imediações, em São Luís, no Maranhão. As duas empresas podem montar uma joint venture, na qual a Eneva deterá 51% do total de ações e a Servtec deterá os 49% remanescentes.

O acordo prevê direito de exclusividade até 30 de dezembro de 2022, e, após tal data, de primeira recusa até 30 de dezembro de 2023, para desenvolver, gerenciar e explorar o terminal de GNL em conjunto com a Servtec.

A Servtec já manifestou interesse para a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP) para a instalação do Terminal de GNL no Porto de Itaqui ou nas imediações de São Luís.

“A decisão final de investimento no terminal está condicionada à conclusão das avaliações e à obtenção das devidas licenças e autorizações para a implantação do projeto”, comentou a Eneva em nota.

Complexo de Gás no Maranhão

A Eneva possui agora 10 campos declarados comerciais na Bacia do Parnaíba, no Maranhão, sendo cinco em produção – Gavião Real, Gavião Vermelho, Gavião Branco, Gavião Caboclo e Gavião Azul -, e outros cinco em desenvolvimento – Gavião Preto, Gavião Branco Norte, Gavião Tesoura, Gavião Carijó e Gavião Belo.

A capacidade atual total de produção de gás da Eneva na Bacia do Parnaíba é de até 8,4 milhões m³/dia. Todo gás é usado para geração de energia elétrica dentro do próprio complexo, que tem 2,8 GW de capacidade instalada.

Novos negócios com gás

A substituição do consumo de diesel e óleo combustível representa um potencial para o gás natural da ordem de 18 milhões de m³ por dia nas áreas de operação da Eneva.

“Quer dizer que a gente consegue converter esses 18 milhões? Não, mas é um potencial enorme”, afirmou a gerente geral de Comercialização da Eneva, Camila Schoti, durante a epbr gas week, realizada em maio.

Produzindo no Amazonas

A Eneva iniciou em setembro a produção comercial do campo de Azulão, na Bacia do Amazonas. É o primeiro projeto a entrar em operação na região, após 20 anos de sua descoberta.

A Eneva comprou Azulão da Petrobras em novembro de 2017 por US\$ 54,5 milhões. A área foi descoberta em 1999 e declarada comercial em 2004, mas até sua venda – 13 anos depois – não foi colocada em operação pela estatal, que chegou a estudar diversos modelos de produção para o projeto.

O Amazonas é um grande produtor de petróleo e gás natural em terra, mas na Bacia do Solimões, onde há infraestrutura para movimentação e processamento de óleo e gás, e escoamento para Manaus.

O gás produzido em Azulão será usado na geração de energia pela termelétrica (UTE) Jaguatirica II, de 117 MW de potência, contratada no 1º leilão para atendimento aos sistemas isolados, realizado em 2019. O gás será liquefeito e transportado por carretas para Boa Vista, capital de Roraima.

Marcos do projeto de Azulão

- Maio de 2021: produção dos primeiros volumes de gás natural, para comissionamento da planta;
- Janeiro de 2020: aprovação de financiamento de R\$ 1 bilhão do Banco da Amazônia;
- Outubro de 2019: enquadramento, pelo Ministério de Minas e Energia, da UTE térmica Jaguatirica II como projeto prioritário para emissão de debêntures incentivadas;
- Setembro de 2019: emissão de licença do IPAAM (Amazonas) para a construção das unidades de tratamento de gás natural e de liquefação em Azulão;
- Maio de 2019: Eneva negocia a energia de UTE Jaguatirica II no 1º leilão para um sistema isolado.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/11/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

LEVANTAMENTO MOSTRA A CIDADE DE BARUERI, EM SÃO PAULO, COMO A MAIS COMPETITIVA DO PAÍS

Ranking foi elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) e serve como mapeamento sobre oportunidades de investimento

Por João Sorima



Foto aérea de Barueri, cidade que atraiu empresas com redução de imposto Foto: Reprodução

SÃO PAULO— Com avanços em inovação e inserção econômica, a cidade de Barueri, na região metropolitana da capital paulista, é a mais competitiva do país no desenvolvimento de políticas públicas e atração de investimentos.

É o que mostra a segunda edição do Ranking de Competividade e Sustentabilidade dos Municípios, divulgado nesta segunda-feira e realizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). Foram analisados 411 municípios mais populosos do país.

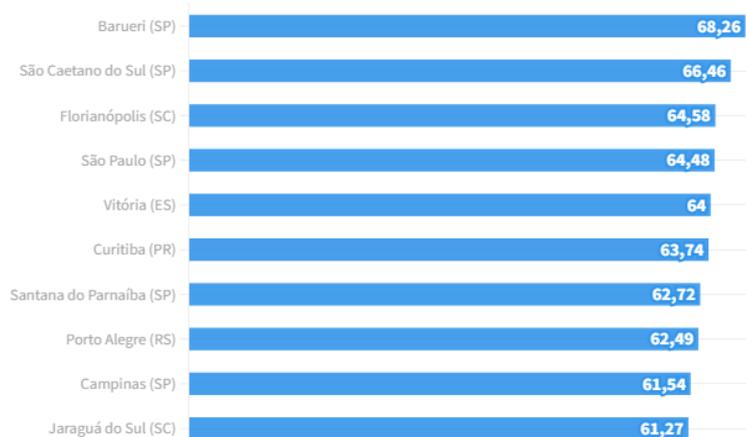
— Trata-se de uma ferramenta para avaliação do setor público do país. É também um guia para gestores se debruçarem para entender a dinâmica de desenvolvimento e governança das cidades. Além disso, é um mapeamento das oportunidades de negócios para o investimento privado que a boa gestão pode gerar – disse Tadeu Barros, presidente do CLP, durante a apresentação dos dados na sede da B3, em São Paulo.

São Paulo fica em 4º lugar

Barueri alcançou a nota 68,26 nos indicadores considerados para a avaliação. No segundo lugar, ficou a cidade de São Caetano do Sul, também em São Paulo, com nota 66,46. Em terceiro, apareceu Florianópolis, capital de Santa Catarina, com 64,58 de pontuação.

As dez cidades mais competitivas do país

(pontuação)



Fonte: Centro de Liderança Pública (CLP)

A Flourish chart

São Paulo capital parece em quarto lugar com 64,48 pontos e Vitória, capital do Espírito Santo, ficou com a quinta colocação, com 64 pontos. Florianópolis ultrapassou São Paulo e Vitória superou Curitiba entre as cinco cidades mais competitivas do país.

Entre os 100 municípios mais bem colocados 65 estão regiões Sudeste e Sul, sendo 49 delas no estado de São Paulo, mostrando a disparidade que existe entre as regiões brasileiras.

A primeira cidade do Nordeste a aparecer no levantamento é Recife, na posição de número 55.

Na região Norte, Palmas, capital do Tocantins, é a primeira da região a aparecer no ranking ocupando a 61ª posição.

Goiânia, na região Centro Oeste, é a cidade mais bem colocada da região surgindo na posição 79. O Pará permanece como o único estado do país representado nas cinco últimas colocações do ranking e a cidade menos competitiva é Moju.

Rio aparece na 9ª posição

A cidade do Rio de Janeiro aparece na 9ª colocação entre as capitais mais competitivas e o município de Macaé foi o que mais avançou no ranking subindo 131 posições este ano, aparecendo na 133ª colocação. Barra do Piraí foi a cidade do Rio de Janeiro que mais perdeu posições (99), aparecendo na 369ª colocação no ranking.

O ranking mostrou que o estado do Rio de Janeiro tem 13 cidades entre as 100 piores da lista em competitividade, cenário que não se repete com nenhum outro estado da região Sudeste.

Entre indicadores que avaliam cada cidade estão, por exemplo, estabilidade fiscal e controle das contas públicas, condições consideradas fundamentais pelo CLP para a retomada do investimento no país.

Do total de cidades avaliadas, 80% cumprem o limite de uso de 60% da receita corrente líquida para pagamento de pessoal. Em 2020, eram 77%, o que mostra maior comprometimento dos gestores com os recursos públicos.

Serviços de saúde e educação

São analisados aspectos como acesso aos serviços de saúde e educação, que juntos têm um peso importante de 23% no resultado de cada cidade.

Também é avaliada a situação de saneamento, preservação do meio ambiente, desmatamento, além de dados econômicos como capital humano, inserção econômica e serviços de telecomunicação. No total, são levantados 65 indicadores.

– O ranking é uma prestação de contas à sociedade para mostrar o que está dando certo e o que precisa melhorar – afirmou Lucas Cepeda, coordenador de competitividade do CLP.

Na edição de 2021, foram incluídos 11 novos indicadores, especialmente sobre meio ambiente, como desmatamento. O levantamento também considera perdas na distribuição de água e destinação do lixo, por exemplo.

O ranking mostrou que cerca de 70% das cidades já possuem destinação do lixo adequada, sem lixões, e com aterros sanitários controlados.

Do ponto de vista econômico, a pesquisa revelou que em 85% das cidades o tempo de abertura de uma empresa é de 48 horas, dado que sinaliza que ainda é preciso avançar nesse indicador.

O ranking considerou bases de dados de 2018, 2019 e 2020, o que já inclui efeitos da pandemia na dinâmica das cidades. Com relação à situação fiscal das cidades, foram considerados os dados 2020.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/11/2021

LIRA DEFENDE REFIS AMPLO E VOLTA A PEDIR TRIBUTAÇÃO DE DIVIDENDOS

Presidente da Câmara disse que a medida é necessária em razão dos efeitos econômicos da pandemia

Por André de Souza



Arthur Lira, presidente da Câmara
Foto: Cristiano Mariz / Agência O Globo

BRASÍLIA — O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta segunda-feira que vai votar o "Refis da Covid", criado para regularizar as dívidas tributária com a União de quem foi afetado pela pandemia.

O texto já foi aprovado pelo Senado, mas a proposta ficou travada na Câmara em razão de divergências entre as duas casas em relação a outra proposta, que muda o imposto de renda e taxa em 15% os lucros e dividendos pagos aos acionistas de uma empresa.

Lira disse que o Refis será aprovado, mas poderá haver alterações em relação ao que veio do Senado.

— Tínhamos um acordo de procedimento nas duas casas. Até o dia 15 de outubro o Senado votaria imposto de renda, e eu votaria o Refis, porque o Refis todo mundo quer. Geralmente o que todo mundo quer, o governo não quer. O Senado não votou o imposto de renda e o relator [senador Angelo Coronel] diz que não vai votar — disse Lira em evento promovido pela Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad).

Ele acrescentou:

— Talvez não o texto que o Senado aprovou, talvez não o mesmo texto, mas vamos aprovar um Refis, porque atravessamos a pandemia com muitas mortes, uma luta grande por vacina, uma competição desigual entre países ricos e pobres. Com a luta da vacina, podemos estar aqui hoje. Mas aí vem o rebote econômico da pandemia.

Lira lembrou que há mais mais de 20 milhões de famílias passando fome:



— Daí a importância da PEC dos precatórios. Daí a importância do auxílio temporário.

Lira se referiu à proposta de emenda constitucional (PEC) que muda o pagamento dos precatórios, que são as despesas do governo decorrentes de sentenças judiciais, e altera o cálculo do teto de gastos. Segundo ele, foi a forma possível de arranjar dinheiro para o Auxílio-Brasil, programa substituto do Bolsa Família, no valor de R\$ 400.

Na sua avaliação, a outra fonte possível seria a reforma do imposto de renda, aprovada na Câmara, que passou a taxar em 15% os lucros e dividendos pagos aos acionistas de uma empresa.

No Senado, porém, o relator, Angelo Coronel (PSD-BA), não tem pressa em dar andamento ao projeto.

— O dividendo seria fonte para criar um programa dentro do teto de 300 [reais] permanente. Sem essa fonte, não é possível. Aí teve que recorrer a uma situação que ninguém defende, eu não defendia, de auxílio temporário, seja de 300, 400, 500. Aí se vem com a narrativa: é eleitoreiro.

O presidente da Câmara acrescentou:

— O Senado está dizendo: vai ser permanente, vamos fazer uma comissão de acompanhamento e investigação de precatórios. Essa situação não vai parar este ano. Ano que vem já se presumem precatórios em R\$ 130 bilhões. Daqui mais um ano, quantos bilhões serão?

Taxação dos dividendos

Ele ainda chamou a atenção para o fato de o Brasil não taxar atualmente os dividendos:

— Dividendo no país, Brasil é um dos poucos, não tem cinco no mundo que não cobram. Nós temos números estarrecedores. R\$ 330 bilhões são distribuídos por ano sem pagar um tostão de dividendo. É justo? Não enfrentar esse debate, como o Senado está fazendo, e não personifico em ninguém, não é correto. Você tem que se debruçar sobre esse assunto, aprova, modifica, emenda, altera, mas tem que dar prosseguimento.

A PEC dos precatórios, aprovada na Câmara, ainda será analisada pelo Senado, mas levantamento feito pelo GLOBO mostra que não há votos suficientes para aprovar o texto vindo da Câmara sem alterá-lo.

A PEC, que contou com apoio de Lira, foi a forma encontrada pelo presidente Jair Bolsonaro para viabilizar o Auxílio-Brasil. Há uma discussão para tornar permanente o auxílio, que a princípio seria temporário, o que levou críticos de Bolsonaro a tacharem a proposta de eleitoreira.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/11/2021

GOVERNO PUBLICA DECRETO PARA PRIVATIZAR HIDROVIA NO SUL E ENVIA PROJETO AO CONGRESSO PARA CONCESSÃO DE AEROPORTOS NO NORTE

No 'pacote' de medidas publicadas no Diário Oficial, também há um decreto para nova concessão de rodovias que estão sendo devolvidas no DF, GO e MG

Por André de Souza

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro editou um decreto incluindo uma hidrovia no Rio Grande do Sul no Programa Nacional de Desestatização. Ele também enviou para o Congresso um projeto de lei autorizando a concessão de aeroportos no Amazonas.

As medidas foram publicadas nesta segunda-feira no Diário Oficial da União.

O decreto permite a privatização do Canal de São Gonçalo e a Hidrovia da Lagoa Mirim no Rio Grande do Sul.



Governo publica decreto incluindo uma hidrovia no Rio Grande do Sul no Programa Nacional de Desestatização
Foto: Letícia Pontual / Infoglobo

Segundo a Secretária-Geral da Presidência da República, a ideia é "promover a expansão, modernização e otimização da infraestrutura hidroviária brasileira, garantindo a modicidade e a publicidade das tarifas e preços praticados no setor, a qualidade da atividade prestada e a efetividade dos

direitos dos usuários".

O projeto de lei enviado ao Congresso permite a concessão de oito aeroportos regionais no Amazonas, nos municípios de Parintins, Carauari, Coari, Eirunepé, São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Lábrea e Maués.

Licitação de rodovias

"Esses aeroportos atualmente carecem de uma infraestrutura mínima para se manterem em operação. Muitas vezes não há qualquer sinalização ou segregação de área para embarque e desembarque de passageiros, além da ausência de cerca operacional e de fiscalização para evitar invasões", justificou a Secretaria-Geral.

Outro decreto editado nesta segunda-feira permite uma nova licitação de trechos de rodovias no Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais. As estradas, que vão de Brasília a Fronteira (MG), e de Fronteira a Betim (MG), já são exploradas pela iniciativa privada, mas a atual concessionária quer devolvê-las.

"O objetivo primordial do decreto é, ao qualificar o empreendimento, permitir o prosseguimento da devolução coordenada e amigável do trecho concedido ao Poder Concedente, para que possa ser relicitado com vistas a atrair possíveis interessados em continuar a prestação do serviço rodoviário", explicou a Secretaria-Geral.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/11/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PACHECO DIZ A EMPRESÁRIOS QUE DESONERAÇÃO DA FOLHA TEM 'AMPLA MAIORIA' NO SENADO

Presidente da Casa quer levar o projeto, que beneficia os 17 setores que mais empregam no País, para votação diretamente no plenário; expectativa é que aprovação possa ocorrer ainda nesta semana

Por Daniel Weterman , O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse a empresários paulistas que a desoneração da folha de pagamento tem uma "ampla maioria" para ser aprovada na Casa. Além disso, ele reforçou a intenção de levar o projeto para votação diretamente no plenário.

A proposta passou pela Câmara e ainda depende de aval do Senado e de sanção do presidente Jair Bolsonaro, que já prometeu prorrogar o benefício. O projeto garante a redução de encargos cobrados sobre a folha de salários para 17 setores da economia até dezembro de 2023. Defensores do texto apontam a necessidade da desoneração para evitar demissões. Juntos, os 17 setores (incluindo call center, comunicação, tecnologia da informação, transporte, construção civil, têxtil) empregam 6 milhões de trabalhadores.



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco; desoneração da folha pode ir ao plenário da Casa ainda esta semana. Foto: Dida Sampaio/Estadão - 5/8/2021

Nesta segunda-feira, 22, Pacheco participou de um debate na Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Ao falar sobre propostas em tramitação no Congresso, ele destacou aos empresários que a desoneração tem "ampla maioria" e que deve ser pautada diretamente no plenário assim que o texto aprovado pela Câmara chegar consolidado

aos senadores - o que ainda não ocorreu. No Senado, há expectativa de que a aprovação possa ocorrer ainda nesta semana.

A desoneração beneficia as empresas porque reduz os encargos trabalhistas que são pagos por elas. A medida consiste em trocar os tributos sobre os salários dos empregados por uma alíquota sobre o faturamento. Hoje, essas empresas podem escolher: ou pagam 20% de contribuição previdenciária sobre os salários dos funcionários ou uma alíquota que vai de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto.

A desoneração ganhou impulso após a aprovação pela Câmara da proposta de emenda à Constituição (PEC) dos precatórios, que adia o pagamento das dívidas que o governo é obrigado judicialmente a fazer e muda o cálculo do teto de gastos. A PEC foi criada para garantir o Auxílio Brasil, programa que substituiu o Bolsa Família, mas governistas também a citaram como condição para a desoneração ser prorrogada.

Com a aprovação da proposta que abre espaço fiscal, o presidente Jair Bolsonaro se pronunciou publicamente favorável à prorrogação por mais dois anos.

A aprovação pelos deputados foi comemorada por empresas do setor produtivo. A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) declarou que "trabalhará para sensibilizar senadores acerca da importância da aprovação da matéria". Para a associação, o fim da medida agravaria o "quadro inflacionário dos alimentos decorrente das altas de insumos, além da suspensão imediata das contratações e um provável risco de perda de mão de obra em meio à retomada econômica".

A Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e Informática (Feninfra) também se manifestou sobre o envio do projeto para o Senado. Segundo a presidente da Feninfra, Vivien Suruagy, a desoneração permitirá "forte geração de empregos e qualificação de mão de obra". "Estamos seguros que, no Senado, tanto os partidos de oposição como favoráveis ao governo irão aprovar também a ampliação da desoneração", disse.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/11/2021

MAIORIA DOS MINISTROS DO STF PERMITE QUE GOVERNO AMPLIE AUXÍLIO BRASIL EM ANO ELEITORAL



Nove ministros votaram a favor de entendimento que libera a ampliação de programa social em ano de eleições, o que é vetado pela lei

Por Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para permitir a ampliação do programa social, agora rebatizado de Auxílio Brasil, sem esbarrar nas limitações da lei eleitoral, que impede o aumento desse tipo de gasto a partir de 1º de janeiro de 2022. Nove ministros já votaram pelo entendimento de que a determinação judicial para o governo regulamentar uma renda básica para os cidadãos se sobrepõe aos obstáculos legais de um ano de eleição. O julgamento se encerra hoje no plenário virtual da Corte.

O relator da ação, ministro Gilmar Mendes, argumentou em seu voto que quando se trata de “estrito cumprimento de decisão judicial que impõe o alargamento de valores, de continuidade e/ou fusão de programas sociais já estabelecidos em leis”, não há que se falar na incidência das vedações da lei eleitoral. Para o ministro, descumprir a decisão seria crime de responsabilidade. Gilmar também citou julgamentos anteriores do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para embasar sua decisão.

O julgamento começou no dia 12 de novembro no STF e, até agora, outros oito ministros acompanharam o relator: Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, José Antonio Dias Toffoli, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber. O julgamento tem até o fim do dia para ser concluído.

O obstáculo da lei eleitoral tem sido justamente um fator de pressão para o governo, que corre contra o tempo para obter a aprovação da PEC dos precatórios, que vai abrir espaço no Orçamento para bancar um auxílio de R\$ 400, como determinou o presidente Jair Bolsonaro. Pela lei eleitoral, ao menos uma parcela do novo valor precisa ser paga ainda este ano, mas a demora na votação da PEC pode comprometer a operação.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, integrantes do governo têm acompanhado o andamento do processo e sabem que a decisão pode permitir que o ingresso de mais pessoas no Auxílio Brasil seja feito em 2022. No entanto, a ordem é não se fiar nessa decisão para deslanchar o pagamento dos R\$ 400. A prioridade é a aprovação da PEC dos precatórios no Senado.

Na avaliação de um integrante do governo, é importante assegurar o pagamento dos R\$ 400 ainda este ano, uma vez que parte dos beneficiários já tem demonstrado frustração com o fato de o valor em novembro ter ficado abaixo da promessa, diante da ausência de espaço no Orçamento.

O tíquete-médio do primeiro pagamento do Auxílio Brasil ficou em R\$ 224, pagos a 14,6 milhões de famílias. Há quem receba menos de R\$ 100, enquanto alguns recebem valores até maiores que R\$ 600. Quem estava na fila do Bolsa Família continua à espera de ingresso no programa social, e quem recebia o auxílio emergencial fora do Bolsa já ficou sem pagamento em novembro.

O governo espera levar o Auxílio Brasil de ao menos R\$ 400 a 17 milhões de famílias. Dado o cenário atual, a avaliação entre integrantes da equipe envolvida no programa é que não se pode usar a decisão do STF para “ganhar tempo” na discussão da PEC no Senado, pois o atraso pode prejudicar ainda mais a implementação do programa.

Histórico da ação

Em abril, o Supremo Tribunal Federal (STF) mandou o governo regulamentar a Renda Básica de Cidadania, prevista em uma lei de 2004, até o fim de 2022. Na prática, a decisão obriga o governo a zerar a fila do atual programa social e ampliar os valores pagos aos beneficiários. Havia dúvidas, porém, se a implementação poderia se estender ao ano que vem, em meio à disputa eleitoral, ou se seria necessário colocá-la em prática ainda em 2021. A questão foi abordada pela Advocacia-Geral da União (AGU) em embargos de declaração.

“Portanto, tratando-se de estrito cumprimento de decisão judicial que impõe o alargamento de valores, de continuidade e/ou fusão de programas sociais já estabelecidos em leis, além de restar, evidentemente, ausente o abuso de poder político e/ou econômico, não há falar na incidência da norma constante do § 10 do art. 73 da Lei 9.504/97 (lei eleitoral)”, diz o voto do ministro Gilmar Mendes.

Em seu voto, Gilmar argumenta que a ação do governo para corrigir uma omissão foi determinada pelo Judiciário e está “longe de se enquadrar em oportunismo eleitoral ou em promoção de uma eventual candidatura”. Para o ministro, o cumprimento da decisão “apenas concretiza um dos objetivos da República Federativa do Brasil, previsto no art. 3º, inciso III, que é ‘erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais’”.

Caso a posição do relator se mantenha como majoritária, caberá aos órgãos jurídicos do governo e do Ministério da Cidadania interpretar o dispositivo e decidir como ele poderia ser aplicado. Em avaliações preliminares, há a leitura de que o voto de Gilmar abre espaço para o aumento do valor como desejado por Bolsonaro.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/11/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

CUTRALE SUSPENDE EXPORTAÇÃO DO BRASIL AOS EUA

Taxa de 34% cobrada pela Receita sobre a tarifa americana de importação tira margem da venda
Por Fernando Lopes — De São Paulo



Fábrica de suco de laranja da Cutrale em Araraquara, no interior de São Paulo: empresa responde por mais da metade das exportações de FCOJ do Brasil aos EUA — Foto: Marcos Issa/Bloomberg

Uma das maiores exportadoras de suco de laranja do mundo, a Cutrale, com sede em Araraquara (SP), decidiu suspender os embarques do produto concentrado e congelado (FCOJ) do Brasil aos EUA, onde está presente há décadas e mantém uma importante parceria de fornecimento com a americana Coca-Cola.

O Valor apurou que, com a cobrança de 34% de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) sobre o imposto de importação cobrado pelo governo americano para permitir a entrada do FCOJ brasileiro (US\$ 415,86 a tonelada), a Cutrale viu a margem do negócio minguar e decidiu buscar suco no México para abastecer as marcas Minute Maid e Simply Orange, da Coca-Cola. Procurada, a companhia preferiu não se pronunciar sobre a mudança.

Fontes do segmento lembram que a Cutrale, que é a segunda maior exportadora de suco de laranja brasileiro, atrás da Citrosuco, lidera as vendas para os EUA, com embarques tanto de FCOJ e quanto da bebida pronta para beber (NFC) – que não é onerada pelas mesmas tarifas, graças ao Acordo Estados Unidos, México e Canadá (USMCA, na sigla em inglês), que substituiu o Nafta.



Em condições normais, a Cutrale responde por mais da metade das vendas de suco brasileiro aos EUA. No total, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), são entre 130 mil e 200 mil toneladas por safra – US\$ 260 milhões a US\$ 400 milhões, a preços atuais. Para todos os destinos, os embarques do Brasil giram em torno de US\$ 2 bilhões.

Segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), os EUA são o segundo principal destino para os embarques do país, com participação de cerca de 20%. A União Europeia é o primeiro, com fatia que varia em torno de 65%. Das três empresas representadas pela entidade, apenas a Citrosuco continua, neste momento, a vender FCOJ brasileiro aos EUA – a Louis Dreyfus Company já há algum tempo privilegia outros mercados.

A CitrusBR, que também preferiu não conceder entrevista sobre a decisão da Cutrale, por se tratar de uma estratégia individual, vem tentando reverter a cobrança de 34% sobre a tarifa de importação – equivalente a US\$ 141,40, que eleva a oneração total para US\$ 557,26 por tonelada, que é vendida hoje a US\$ 1,8 mil – desde 2019, quando ela teve início. Não obteve sucesso, mas as gestões em Brasília continuam.

Segundo fontes, o assunto tem sido tratado no Congresso. Um projeto de Decreto Legislativo (PDL 355/20) de autoria do deputado Alceu Moreira, ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) foi aprovado no mês passado com o objetivo de sustar a Solução de Consulta que deu origem à cobrança dos 34%.

O PDL está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tem como relator o deputado Pedro Lupion (DEM-PR). “O que parece é que se cria um imposto de exportação, disfarçado de imposto de renda. Vamos analisar a proposta para evitar distorções e oferecer, aos produtores, condições de competir no mercado internacional”, disse recentemente Lupion nas mídias sociais.

Procurada, a Receita afirmou que “não há previsão de revisão da solução de consulta 2/2019, reiterando que seu entendimento está de acordo com a legislação vigente sobre o assunto”.

Enquanto a cobrança permanece, a Cutrale avalia alternativas. O Valor apurou que a empresa cogita investir em fazendas de laranja e em uma indústria de suco no México para atender de lá seus compromissos com a Coca-Cola nos EUA. (Colaborou Rafael Walendorff, de Brasília)

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 22/11/2021

COP26 ELEVA PRESSÃO PARA SETOR MARÍTIMO ZERAR EMISSÕES ATÉ 2050

O setor de transporte marítimo, que movimenta mais de 80% dos produtos comercializados internacionalmente, tem uma pegada de carbono maior que as da Alemanha e Holanda juntas

Por Jack Wittels — Bloomberg

As negociações globais sobre como tornar o transporte marítimo mais limpo começam hoje, em meio à crescente pressão para cortar a poluição gerada pelo setor.

A Organização Marítima Internacional (OMI) “está sendo pressionada a fazer alguma coisa”, disse Edmund Hughes, ex-responsável por emissões de gases-estufa do órgão das Nações Unidas (ONU), que regula o transporte marítimo mundial e anfitrião das negociações virtuais. “Será difícil se a semana não produzir qualquer resultado substancial.”

Depois da COP26, a cúpula do clima da ONU, encerrada em 14 de novembro, a direção da OMI tem o desafio de conduzir seus 175 países-membros a realizar um transporte marítimo mais limpo. O setor, que transporta mais de 80% dos produtos comercializados internacionalmente, tem uma pegada de carbono maior que as da Alemanha e Holanda juntas.



Talvez a proposta mais significativa a ser discutida provenha dos três países das ilhas do Pacífico, que estão conclamando a OMI a reconhecer que o transporte marítimo internacional precisa alcançar emissões zero de gases-estufa até 2050. Se aprovada, a resolução não será obrigatória, disse Hughes. Mas emitirá um claro recado sobre a direção da organização.

A meta oficial da OMI – a ser reavaliada em 2023 – é de um corte de apenas 50% até 2050. Isso está bem aquém da redução necessária para alinhar o transporte marítimo às metas do Acordo de Paris, destinadas a limitar o aquecimento global, segundo o Conselho Internacional de Transporte Limpo. O secretário-geral da ONU também criticou energicamente o atual nível de ambição.

Vários países já disseram que querem que seja atribuído um preço à poluição gerada pelo transporte marítimo internacional, e uma relevante entidade de classe quer que a OMI estude adotar a meta de emissões zero de carbono até 2050. Os países também prometeram criar rotas de navegação limpas, e grandes companhias se prometeram com fazer um uso mínimo de combustível limpo.

As negociações sobre a precificação do carbono – uma maneira de reduzir a diferença de custo entre os atuais combustíveis derivados de petróleo e alternativas mais limpas – também estão agendadas, embora não haja expectativas de aprovação de novas regras, segundo dois executivos a par das discussões. Existe uma proposta paralela que prevê a fixação de um limite de intensidade para os gases-estufa, de um teto de emissões e de um pacote de transações.

Um apelo de longa data para que seja cobrado um tributo de US\$ 2 a tonelada sobre o combustível usado por navios, para captar US\$ 5 bilhões para pesquisa e desenvolvimento, está na agenda. O preço proposto é baixo demais – além de não ser estruturado para esse fim – para impulsionar grandes mudanças. Mas seu mecanismo, que cobra por emissões de carbono, poderá compor a base de regras de precificação mais enérgicas. Mas isso também pode aumentar mais o custo do frete marítimo, cuja altas tarifas ameaçam a recuperação da economia global e já pressionam a inflação.

“Basta criarem as regras que as cumpriremos”, disse Svein Steimler, diretor-executivo da empresa de transportes NYK Group Europe, durante a COP26.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 22/11/2021

ENEVA FECHA PARCERIA COM SERVTEC PARA INVESTIR EM TERMINAL DE GNL NO MARANHÃO

Por André Ramalho, Valor — Rio

A Eneva pretende construir um terminal de importação de gás natural liquefeito (GNL) em São Luís (MA). A companhia fechou um acordo com a Servtec, para aprofundar os estudos e desenvolver em conjunto o projeto. O empreendimento permitirá reforçar o suprimento ao Complexo Parnaíba, abrindo espaço para a renovação dos contratos de longo prazo das termelétricas existentes.

Além disso, o plano da empresa é viabilizar novas usinas e o fornecimento de gás a clientes industriais na região.

Ao todo, a Eneva estima que São Luís tem uma demanda potencial, no segmento não termelétrico, de 1,5 milhão de metros cúbicos diários (m³/dia). A capital maranhense abriga indústrias como o complexo de produção de alumínio do Consórcio Alumar, controlado pela Alcoa, e uma usina de pelotização da Vale, por exemplo.

O diretor de marketing, comercialização e novos negócios da Eneva, Marcelo Lopes, conta que a empresa já tem “conversas avançadas” com potenciais consumidores. Segundo ele, o terminal de GNL contribuirá também, no futuro, para reforçar o abastecimento ao Complexo Parnaíba. A



empresa opera, hoje, quatro termelétricas no local, com capacidade instalada total de 1,9 gigenwatts (GW), e está construindo mais duas usinas que somam 500 megawatts (MW).

O parque de geração da companhia consome, atualmente, o gás produzido pela empresa, mas a ideia é diversificar a fonte de suprimento. A Eneva tem reservas certificadas da ordem de 25 bilhões de metros cúbicos (m³) na Bacia do Parnaíba. Lopes afirma que o volume é suficiente para atender os compromissos com as termelétricas existentes. A empresa, no entanto, tem a intenção de renovar os contratos das usinas que vencem a partir de 2027 e, para isso, precisará buscar gás adicional.

“Esse projeto [do terminal de GNL] está muito alinhado com uma estratégia de garantir uma continuidade do ativo do Parnaíba”, afirma. “O terminal também abre opções para leilões [de energia] futuros”, completou o executivo, em referência à possibilidade de a empresa não só renovar os contratos das usinas do complexo no Maranhão, como também construir novos projetos térmicos no Estado.

Ele afirma que, pelas regras dos leilões de energia, a companhia precisa sempre demonstrar, na hora do cadastro, que possui volumes de gás suficientes para abastecer as usinas, a despacho pleno, por oito anos. “Nem sempre é simples casar as descobertas [de novas reservas de gás] com as datas de leilão”, comenta Lopes.

A ideia, portanto, é mesclar a importação de GNL com futuras descobertas e, assim, aumentar a flexibilidade na gestão do portfólio. Segundo o executivo, a companhia pretende manter ativos os investimentos em exploração, em busca de mais gás. No futuro, a ideia é construir um gasoduto interligando o terminal ao complexo Parnaíba – distante cerca de 300 quilômetros de São Luís.

Questionado se o projeto do terminal de GNL está associado à perspectiva de aceleração do consumo das reservas de gás do Parnaíba durante a crise hídrica, Lopes disse que o complexo deve registrar recorde de despacho em 2021, mas que os planos da companhia olham para a tendência de mais longo prazo.

“Cada vez mais precisaremos de termelétricas para estabilizar o sistema [elétrico]. Isso, sem dúvida, pesou [na estruturação do projeto do novo terminal], mas o despacho mais alto este ano, de forma conjuntural, não”, comentou o executivo.

A ideia da companhia é que o terminal do Maranhão funcione como uma espécie de hub de gás natural no Estado, a exemplo do que a empresa pretende fazer também na planta de regaseificação em desenvolvimento em Macaé (RJ).

Pelo acordo assinado entre as partes, a Eneva terá 51% de participação na futura joint venture do terminal de São Luís, enquanto a Servtec terá 49%. Lopes conta que as empresas estão, nesse momento, definindo os detalhes do projeto.

A decisão final de investimento pode acontecer ainda em dezembro, a depender dos resultados do leilão de energia. Isso porque a Servtec já vinha trabalhando num projeto termelétrico em São Luís e tem planos de participar da licitação.

Segundo o diretor da Eneva, caso a parceira não tenha sucesso no leilão, a ideia é buscar, ao longo de 2022, viabilizar o terminal com base na captura de clientes industriais e na demanda do Complexo do Parnaíba - que consome 8 milhões de m³/dia e serviria como um cliente âncora para a planta de regaseificação.

O terminal está sendo concebido para ter capacidade para 14 milhões de m³/dia, mas o escopo final ainda não foi definido. Ainda não há, também, um prazo para início da construção do empreendimento.

Lopes comentou, ainda, que a empresa tem mantido conversas com potenciais fornecedores do GNL a ser importado. O momento de alta dos preços internacionais, segundo ele, é “extremamente desafiador, mas conjuntural”. “Quando falamos do leilão de energia de dezembro, que contratará térmicas para 2026, o preço do GNL já não é tão impactado pelo atual preço conjuntural”, disse.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/11/2021

MINÉRIO DE FERRO SOBE 4,3% NO PORTO DE QINGDAO, PARA US\$ 95,63 A TONELADA

No ano, matéria-prima tem desvalorização, de 40%

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo

O minério de ferro se manteve em trajetória de recuperação no mercado à vista nesta segunda-feira, após o banco central da China sinalizar que deve adotar medidas de estímulo para suportar a retomada da economia doméstica. Maior produtor mundial de aço bruto, o país asiático é também o maior consumidor de minério.



Segundo a publicação especializada Fastmarkets MB, o minério com teor de 62% de ferro iniciou a semana a US\$ 95,63 por tonelada, com alta diária de 4,3%.

Com isso, as perdas acumuladas pela principal matéria-prima do aço no mercado à vista foram reduzidas a 10,9%. No ano, a desvalorização chega a 40%.

— *Foto: Pixabay*

Na Bolsa de Commodity de Dalian (DCE), os contratos mais negociados de minério com vencimento em

janeiro encerraram o dia com ganho de 6,2%, para 558 yuans por tonelada.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/11/2021



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

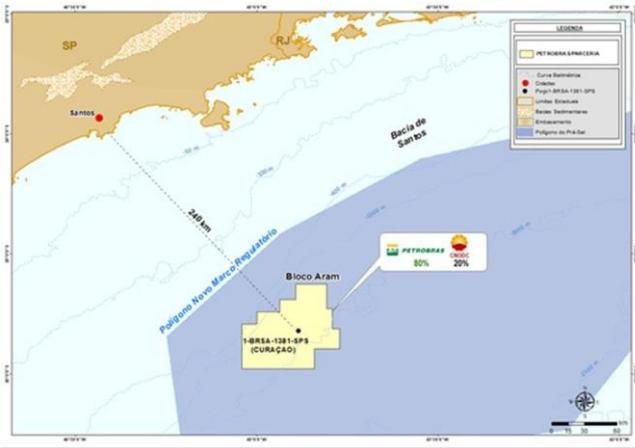
PETROBRAS IDENTIFICA A PRESENÇA DE HIDROCARBONETOS, QUE DÃO ORIGEM AO PETRÓLEO, EM POÇO NA BACIA DE SANTOS

Segundo a estatal, o poço está localizado a 240 km da cidade de Santos, no litoral de São Paulo, em profundidade d'água de 1.905 metros.

Por g1 Santos

A Petrobras anunciou que identificou a presença de hidrocarbonetos (que dão origem ao petróleo) no pré-sal da Bacia de Santos, em poço pioneiro do bloco Aram. Segundo a estatal, o poço 1-BRSA-1381-SPS (Curaçao) está localizado a 240 km da cidade de Santos, no litoral de São Paulo, em profundidade d'água de 1.905 metros.

Hidrocarbonetos são compostos de carbono e hidrogênio, que podem estar em estado líquido, sólido e gasoso, sendo encontrados em fontes de energia como o petróleo e o gás natural.



Petrobras identifica presença de hidrocarbonetos no pré-sal da Bacia de Santos — Foto: Petrobras

A Petrobras informou, nesta sexta-feira (19), que o intervalo portador de petróleo foi constatado por meio de perfis elétricos e amostras de fluido, que serão posteriormente caracterizados por meio de análises de laboratório. Esses dados permitirão avaliar o potencial e direcionar as próximas atividades exploratórias na área.

Segundo a estatal, o consórcio dará continuidade às operações para concluir o projeto de perfuração do poço até a profundidade prevista e verificar a extensão da nova descoberta, além de caracterizar as condições dos reservatórios encontrados.



Plataforma P-69 da Petrobras, localizada na Bacia de Santos — Foto: Arquivo/Divulgação/Sindipetro

"A perfuração do poço Curaçao demonstra o sucesso de uma estratégia fortemente baseada em inovações tecnológicas, com máxima utilização dos dados processados e em tempo real, permitindo a tomada de decisões de forma ágil e segura", destacou a estatal, por meio de nota.

O bloco Aram foi adquirido em março de 2020, na 6ª rodada de licitação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sob o regime de Partilha de Produção, tendo a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) como gestora. A Petrobras é a operadora do bloco e detém 80% de participação, em parceria com a empresa chinesa CNODC (20%).

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP
Data: 22/11/2021

FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

NORUEGA APRESENTA PRIMEIRO CARGUEIRO ELÉTRICO AUTÔNOMO DO MUNDO

Navio evitará cerca de 40 mil viagens de caminhões anualmente, reduzindo impacto ambiental do transporte

Por Pierre-Henry Deshayes - OSLO | AFP

A Noruega apresentou à imprensa, nesta sexta-feira (19), o primeiro navio-cargueiro 100% elétrico e autônomo do mundo, o que representa um importante progresso tecnológico, mas uma pequena contribuição ecológica para um setor que busca reduzir seu impacto ambiental.

O "Yara Birkeland" se encarregará do transporte marítimo de até 120 contêineres de fertilizantes de uma fábrica na cidade de Porsgrunn até o porto de Brevik, a cerca de dez quilômetros de distância. Com isso, cerca de 40 mil viagens de caminhão serão evitadas anualmente para o mesmo propósito.

"Certamente, houve dificuldades, contratempos, por isso é ainda mais gratificante estar aqui hoje e ver que conseguimos", declarou à AFP o diretor-geral da Yara, Sveint Tore Holsether.



O primeiro navio-cargueiro 100% elétrico e autônomo do mundo, Yara Birkeland, atracado em Oslo, na Noruega - Torstein Bøe - 19.nov.2021/AFP

Com muitos meses de atraso, o "Yara Birkeland", que tem 80 metros de comprimento e 3.200 toneladas em peso morto, iniciará agora uma série de testes nos próximos dois anos, que o ajudarão a funcionar de forma autônoma, com cada vez menos tripulantes.

A ponte de comando deverá desaparecer dentro de "três, quatro ou cinco anos", detalhou Holsether. Assim, espera-se que o navio consiga percorrer seu trajeto diário de 7,5 milhas náuticas, por seus próprios meios, apenas com a ajuda de sensores.

"Muitos dos incidentes que ocorrem nos navios são causados por erros humanos, pelo cansaço, por exemplo", explicou o chefe de projetos, Jostein Braaten. "As operações autônomas podem garantir uma viagem segura", acrescentou.

Apesar de a distância do percurso ser curta, os obstáculos não são poucos: o cargueiro terá que navegar por um fiorde estreito, passar sob duas pontes, lidar com a influência das correntes e compartilhar o espaço com outras embarcações de diversos tamanhos, inclusive caiaques, antes de atracar em um dos portos mais saturados de Noruega.

Nos próximos meses, a equipe se dedicará à "aprendizagem" da embarcação, para que ela possa começar a navegar de maneira autônoma.

"Em primeiro lugar, temos que detectar que existe algo, entender que é um caiaque e, depois, determinar o que se deve fazer", comentou Braaten.



O gerente de projetos do Yara Birkeland - Victora Klesty - 19.nov.202/Reuters

'CEM TESLAS'

A bordo do "Yara Birkeland", a tradicional sala de máquinas foi substituída por oito compartimentos cheios de baterias que dão ao barco a capacidade de 6,8 MWh. "É o equivalente a cem [carros] Teslas", contou Braaten.

O setor marítimo é responsável por quase 3% do total das emissões de gases do efeito estufa relacionadas às ações humanas e pretende reduzi-las em 40% até 2030, e em 50% para 2050.

Segundo os últimos dados disponíveis da Organização Marítima Internacional (OMI), as emissões do setor passaram de 962 milhões de toneladas de gases em 2012 para mais de 1 bilhão de toneladas em 2018.

O "Yara Birkeland" representará uma economia de 678 toneladas de CO2 por ano, um valor ínfimo para o combate à mudança climática. Além disso, os especialistas acreditam que esse tipo de transporte não poderá ser generalizado.

Assim, a eletricidade como fonte de energia só poderá ser aplicada a alguns tipos de embarcação, como as "balsas, pois realizam trajetos curtos e estáveis" ou, "eventualmente, para a cabotagem e o transporte fluvial, mas está pouco adaptada às longas travessias oceânicas", opinou Camille Egloff, especialista em transporte marítimo do Boston Consulting Group.

"As embarcações não precisarão apenas de autonomia para cobrir grandes distâncias, mas que os terminais portuários também estejam equipados com estações de recarga adaptadas. Por isso, existe um desafio que não é somente tecnológico, mas também de infraestruturas de recarga que requerem coordenação de muitas partes", ressaltou.

Atualmente, dezenas de balsas elétricas percorrem os fiordes da Noruega, um país que, apesar de ser um grande produtor de hidrocarbonetos, é líder no setor de transportes elétricos.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data: 22/11/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PRIMEIRO PORTA-CONTÊNERES LIVRE DE EMISSÕES PARTE EM SUA PRIMEIRA VIAGEM

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 21 Novembro 2021



O primeiro navio porta-contêineres elétrico e autopropelido do mundo, o "Yara Birkeland", partiu na sexta-feira (19) para sua viagem inaugural de Oslo, Noruega. O navio foi desenvolvido pela Yara em colaboração com o Grupo Kongsberg e construído pela VARD e estará em operação comercial a partir de 2022.

"Há muito tempo que esperávamos por este dia. O "Yara Birkeland" transportará fertilizantes minerais entre Porsgrunn e Brevik e contribuirá para cortes significativos de emissões durante o transporte. Este é um excelente exemplo de transição verde na prática, e esperamos que este navio seja o início de um novo tipo de navios porta-contêineres livres de emissões. Existem muitos lugares no mundo com estradas congestionadas que se beneficiarão de uma solução de alta tecnologia como esta ", disse Svein Tore Holsether, CEO da Yara.

Agora começa um período de testes de dois anos da tecnologia que tornará o navio autopropulsionado e, finalmente, certificado como um navio de contêineres autônomo e totalmente elétrico.

O "Yara Birkeland" é um projeto colaborativo entre vários parceiros, onde a Kongsberg é responsável pelo desenvolvimento e entrega de toda a tecnologia de bordo. O navio será operado a partir do centro de monitoramento e operação de Maasterlys em Horten, numa joint venture entre a Kongsberg e a Wilhelmsen.

Paralelamente à construção da Yara Birkeland, a Yara iniciou o desenvolvimento de amônia verde como combustível livre de emissões para transporte marítimo.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*
Data: 22/11/2021

PORTO DE VALPARAÍSO INICIA ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE OPERAÇÃO LOGÍSTICA

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA 21 Novembro 2021*



10 mil horas serão reduzidas a cada ano na fiscalização de motoristas e caminhões

O Porto de Valparaíso espera reduzir em 18% o tempo do processo de exportação de cargas e em 67% o atendimento à carga na entrada da Zona de Extensão de Apoio Logístico (ZEAL), como consequência de processo de modernização em curso, de seu sistema logístico (Silogport), implantado em 2012.

As melhorias incluem tornar a entrada de caminhões na ZEAL mais eficiente e rápida, reduzindo o tempo de operação para transportadores e cargas de 90 para 30 segundos, graças a um sistema "pára e arranca", onde o caminhão passa por sensores que identificam o carga, bem como o reconhecimento biométrico do motorista. O tempo de saída da ZEAL para os terminais portuários será de 10 segundos.

As atualizações serão implementadas gradualmente de modo que na próxima safra de frutas 2022-2023 estejam todas implementadas. A Indra é a responsável pela atualização do sistema.

A mudança prevê a redução em 10 mil horas por ano no trabalho de fiscalização de motoristas e caminhões, minimizando a rejeição de cargas.

A atualização do Silogport também irá gerar uma redução nos tempos de processamento, graças à integração com os sistemas dos serviços da Alfândega e as concessionárias dos terminais portuários.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*
Data: 22/11/2021

ESTALEIRO FINCANTIERI CONCLUI PROJETO COM WÄRTSILÄ PARA JUMBORIZAÇÃO DE TRÊS NAVIOS DA WINDSTAR CRUISES

Da Redação *INDÚSTRIA NAVAL 21 Novembro 2021*



O estaleiro Fincantieri e a Wärtsilä concluíram com sucesso um grande projeto para renovar três navios de cruzeiro do armador Windstar. As conversões foram lideradas pelo Fincantieri a partir de 2019, com o primeiro dos três navios irmãos, o "Star Breeze", sendo concluído em 2020.

A obra seguiu com o "Star Legend" em meados de 2020 e, finalmente, pelo "Star Pride" em outubro de 2021. A renovação incluiu o aumento do comprimento dos navios de 135 metros para 160,6 metros. No projeto, foram investidos US\$ 250 milhões.

Os navios foram cortados pela metade no estaleiro da Fincantieri em Palermo, Itália, e uma nova seção de 25,6 metros foi adicionada no meio, proporcionando 50 cabines extras para acomodação de mais 100 passageiros.

Ao mesmo tempo, os motores dos navios foram removidos e substituídos para proporcionar maior eficiência, melhor desempenho ambiental e maior autonomia. Os novos motores Wärtsilä funcionarão com combustíveis destilados para conformidade com os regulamentos de limite de enxofre de 2020.

“Esta cooperação técnica bem-sucedida com a Wärtsilä permitiu que nossas duas empresas conseguissem uma renovação bem-sucedida e o funcionamento tranquilo do projeto conjunto”, disse Andrew Toso, Diretor Adjunto de Serviços da Fincantieri.

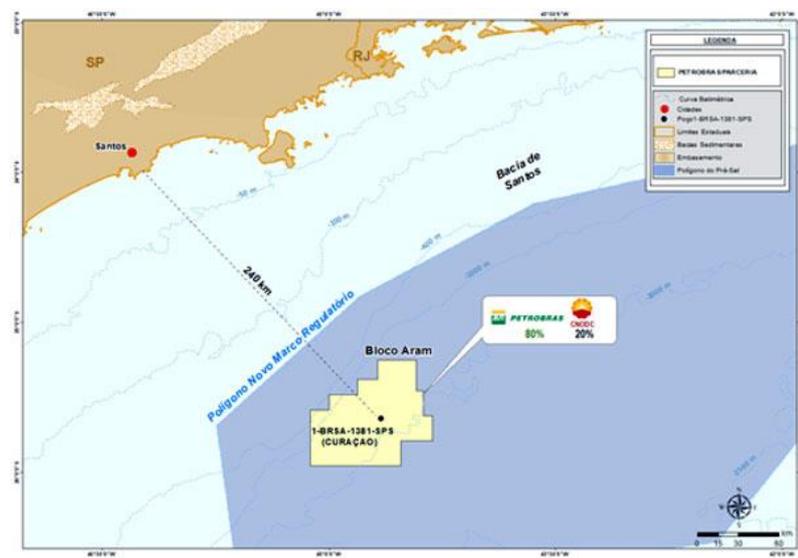
“Como parceiro técnico deste grande projeto de conversão, é extremamente gratificante tê-lo concluído de uma forma que atenda a todos os objetivos. As reformas representaram o maior portfólio de produtos e sistemas que já montamos para um único projeto de serviço. Trabalhamos em estreita colaboração com a Fincantieri há vários anos e este projeto certamente fortalecerá nosso relacionamento”, afirma Ivan Catalfamo, gerente geral de vendas de projetos, Wärtsilä.

O escopo de fornecimento da Wärtsilä para cada um dos três navios incluiu dois motores principais Wärtsilä 26, dois motores auxiliares Wärtsilä 26, quatro sistemas Wärtsilä de redução catalítica seletiva (SCR) para controle de emissões, caixas de câmbio, soluções de tomada de força e hélice de passo controlável. A Wärtsilä também reprojeteu o sistema de alarme, monitoramento e automação e o sistema de gerenciamento de energia, bem como a adaptação dos sistemas existentes a bordo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 22/11/2021

PETROBRAS ENCONTRA ÓLEO NO BLOCO ARAM, NA BACIA DE SANTOS

Da Redação OFFSHORE 21 Novembro 2021



A Petrobras informa que identificou a presença de hidrocarbonetos no pré-sal da Bacia de Santos, em poço pioneiro do bloco Aram. O poço 1-BRSA-1381-SPS (Curação) está localizado a 240 quilômetros da cidade de Santos-SP, em profundidade d'água de 1.905 metros.

O intervalo portador de petróleo foi constatado por meio de perfis elétricos e amostras de fluido, que serão posteriormente caracterizados por meio de análises de laboratório. Esses dados permitirão avaliar o potencial e direcionar as próximas atividades exploratórias na área. O consórcio dará continuidade às operações para concluir o projeto de perfuração do poço até a profundidade prevista e verificar a extensão da nova descoberta, além de caracterizar as condições dos reservatórios encontrados.



O bloco Aram foi adquirido em março de 2020, na 6ª rodada de licitação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sob o regime de Partilha de Produção, tendo a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) como gestora. A Petrobras é a operadora do bloco e detém 80% de participação, em parceria com a empresa CNODC (20%).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/11/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006